



Assembleia Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

LOCAL DA REUNIÃO: IMOD DO EDIFÍCIO MUNICIPAL DENOMINADO FÁBRICA DE SANTO THYRSO, SITO NA RUA DR. OLIVEIRA SALAZAR, N.º 88, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: DR. FERNANDO BENJAMIM DE OLIVEIRA MARTINS. -----

SECRETARIARAM: CARLA ALEXANDRA ABREU MAIA DO AVE E DIOGO ALVES MOREIRA DA ALMEIDA E SILVA. -----

PRESENÇAS E FALTAS: -----

MEMBROS ELEITOS DIRETAMENTE: -----

FERNANDO BENJAMIM DE OLIVEIRA MARTINS – PS – PRESENTE. -----

CARLA ALEXANDRA ABREU MAIA DO VALE – PS – PRESENTE. -----

JOSÉ PEDRO DE CASTRO E COSTA MORÊDA DE MIRANDA – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

DIOGO ALVES MOREIRA ALMEIDA E SILVA – PS – PRESENTE. -----

JOSÉ MARIA DIAS – PS – PRESENTE. -----

SÓNIA ISABEL DA SILVA MACHADO MARTINS – PS – PRESENTE. -----

PAULO DA SILVA SOUSA – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

JOSÉ MARIA FERREIRA DA SILVA – PS – PRESENTE. -----



MS

[Handwritten signature]

JOSÉ MIGUEL DAS NEVES VIEIRA – PS – PRESENTE. -----

ANA FILIPA SALDANHA PEDROSA BATISTA – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

ELSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MOTA – PS – PRESENTE. -----

ANTÓNIO SOUSA SOARES – BE – PRESENTE. -----

PATRICIA ALEXANDRA FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE. -----

JOAQUIM HÉLDER FARIA DA SILVA AMORIM – PS – PRESENTE. -----

SEBASTIÃO ANTÓNIO TORRES LOPES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

ANA LUISA FARIA E SILVA SALGADO – PS – PRESENTE. -----

RICARDO JORGE FERREIRA DOS SANTOS – PS – PRESENTE. -----

JOANA MARIA GERALDES MALHEIRO MACHADO GUIMARÃES – CH – PRESENTE. --

JORGE MANUEL DE ALMEIDA SARMENTO OSÓRIO SOARES – PS – PRESENTE. -----

ANA MARIA CARVALHO LAGES PINTO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

JOÃO CARLOS FERNANDES FERREIRA – PCP-PEV – PRESENTE. -----



Ne

Handwritten signature

LICÍNIA DO VALE ASCENSÃO – PS – PRESENTE.-----

ALEXANDRINO LUÍS DA CUNHA BRANDÃO – PS – PRESENTE.-----

ANTONIO JORGE PEREIRA RIBEIRO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

AGOSTINHO FERNANDO RIBEIRO NETO – PS – PRESENTE.-----

ANA ISABEL CARNEIRO GOUVEIA SILVA – BE – EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR
JOÃO PEDRO DA CUNHA ROMPANTE, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO
79º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO. PRESENTE. -----

ELISABETE DA COSTA BEJA – PS – PRESENTE.-----

POR INERÊNCIA COM AS FUNÇÕES DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA-----

HELENA PATRICIA CARNEIRO PEREIRA – AGRELA – MIAP – PRESENTE.-----

JOSÉ ANTÓNIO MOREIRA PACHECO – ÁGUA-LONGA - ALEDT – PRESENTE-----

JOAQUIM RIBEIRO FARIA – VILA DAS AVES – PS – PRESENTE. -----

ANDREIA ALEXANDRA DA SILVA CORREIA – MONTE CórDOVA – MIPMC –
PRESENTE. -----

ROBERTO CARLOS NETO FIGUEIREDO – S. TOMÉ DE NEGRELOS – PS – PRESENTE.



VB

[Signature]

JOÃO MIGUEL TRAVANCA CARNEIRO – REBORDÕES – PS – PRESENTE. -----

MÁRCIO PAULO DA ROCHA DE PINHO – REGUENGA – PS – PRESENTE. -----

ANTÓNIO MOISÉS DE ARAÚJO ANDRADE – RORIZ – PS – PRESENTE. -----

DELIM DA SILVA FERREIRA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÓ, LAMA E PALMEIRA - PS – PRESENTE, EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO Nº 1 DO ARTIGO 18º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

MARCO PAULO PINTO DA CUNHA – VILA NOVA DO CAMPO – PS – PRESENTE. -----

LUCIANO ANTÓNIO DEvesa BENTO CRUZ – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E REFOJOS – PS – PRESENTE. -----

MARIA DE LURDES DA SILVA FERREIRA DOS SANTOS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE LAMELAS E GUIMAREI – PS – PRESENTE. -----

FERNANDO JORGE GOMES DA SILVA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES – PS – PRESENTE. -----

JORGE FERNANDO VIEIRA DE FARIA – VILARINHO – PS – PRESENTE. -----

HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: NOVE HORAS E DOIS MINUTOS. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA MADALENA



VB

FP

BARROS MOREIRA. -----

Estiveram presentes o senhor presidente da câmara municipal, **Alberto Manuel Martins Costa**, e os senhores vereadores **Nuno Miguel Linhares da Silva**, **Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares**, **Ana Maria Moreira Ferreira**, **José Pedro dos Santos Ferreira Machado**, **Tiago João Machado Araújo**, **Sara Isabel Fonseca Moreira**, **Carlos Jorge Castro Alves** e **Quitéria Juliana Correia Roriz**, conforme previsto nos nºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei 169/99, de 18 de setembro. -----



“PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

A) O primeiro secretário da mesa da assembleia deu conhecimento dos seguintes requerimentos:-----

- João Pedro da Cunha Rompante, a justificar a falta à sessão ordinária e a solicitar a substituição pelo cidadão seguinte na lista do Bloco de Esquerda.-----

De acordo com o previsto no artigo 79.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-----

B) De seguida deu conhecimento do expediente recebido, no período compreendido entre a sessão ordinária desta assembleia municipal realizada no dia vinte e três de fevereiro último, e a de hoje:-----

- Emails da ANAM-CVEL relativos a: webinar sobre o tema – Poder Local: Uma visão no Dia Internacional da mulher; Informação sobre os Direitos eleitorais dos imigrantes; Sessão de esclarecimentos – Alteração à Lei de Estrangeiros; A remeter inquérito sobre os desafios que as Assembleias Municipais enfrentam; Sessão do Ai.Ethics – transparência algorítmica; webinar sobre o tema – agarrados à Net: Bem Estar Digital.-----

- Emails de José Barreira a solicitar a informações sobre os representantes das freguesias de União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães e da União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira.-----

- Email do Grupo Parlamentar do PSD (Assembleia da República) a remeter Projeto de Lei n.º 597/XV que “Define o regime de comparticipação do Estado nos Tratamento Termas”.-----

- Emails da FXT meias a apresentar protesto relativo à intervenção dos cidadãos da sessão da assembleia municipal e a solicitar informação sobre as gravações das sessões da Assembleia Municipal.-----

- Email da vereadora Quitéria Roriz a remeter esclarecimento sobre a votação do ponto 2, da ordem do dia da reunião da câmara municipal de 23/02/2023.-----



NB

- Ofícios da Câmara Municipal de Santo Tirso a dar conhecimento da aprovação dos seguintes votos de louvor e reconhecimento aos atletas, Joaquim Figueiredo, Nuno Miguel Costa, Ana Marinho, João Pereira, Joaquim Lopes, Laura Silva, Ercília Machado, ao Karateca Francisco Silva, ao Pároco Nuno Vilas Boas e ao Duo atleta Vitor Teixeira. -----

- Ofício da Câmara Municipal de Santo Tirso a remeter o Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022. -----

C) O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que, foram recebidos nos serviços administrativos da Assembleia Municipal os seguintes documentos para discussão e votação, apresentados, respetivamente, pelos eleitos enquanto inscrita na lista Chega e na lista Bloco de Esquerda: -----

- “Voto de condenação pelas declarações do Presidente do Brasil, Luíz Inácio Lula da Silva”, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia”, conforme documento que se anexa à presente ata, constituindo as subseqüentes duas folhas.-----

- “Voto de pesar pela morte do Tirsense Néelson Teixeira”.-----

Seguidamente foi posto a votação o “Voto de condenação pelas declarações do Presidente do Brasil, Luíz Inácio Lula da Silva”, apresentado pelo partido CHEGA, tendo sido rejeitado com trinta e oito votos contra, um voto a favor e duas abstenções. -----

Pela senhora Ana Isabel Gouveia da Silva, eleita enquanto inscrita na lista do Bloco de Esquerda foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“O Bloco de Esquerda considera vergonhosa atuação do Grupo Parlamentar do Chega na receção institucional ao Presidente da República Federal do Brasil.-----

Insultar e procurar impedir um chefe de Estado, democraticamente e legitimamente eleito de intervir é inaceitável e uma afronta à liberdade democrática. -----

O Chega insultou, também, o Presidente da República e a Instituição da Assembleia da República com a sua prática vergonhosa, mas, acima de tudo, sujou o nome de Portugal e dos



MS

[Handwritten signature]

portugueses ao insultar o presidente do Brasil, um País irmão e com cujo povo partilhamos tantas afinidades que tenha sido convidado para nos visitar.-----

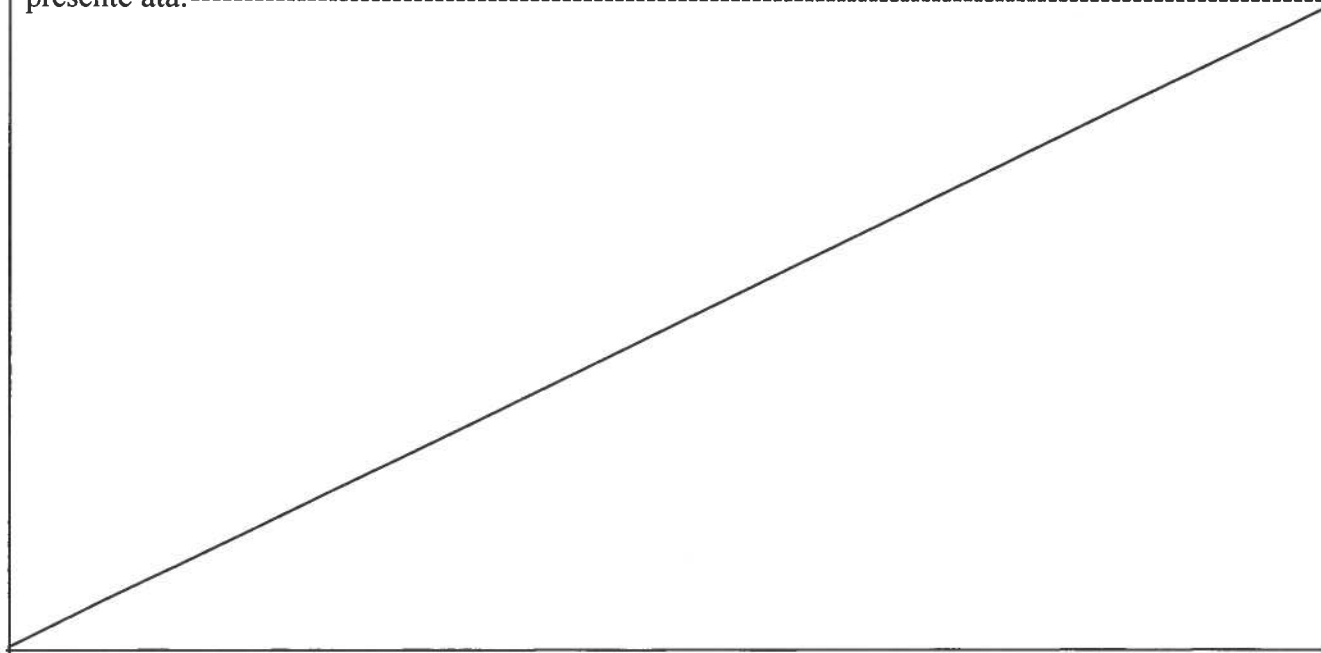
Somos um povo que sabe receber bem, que sabe acolher e que trata bem os nossos amigos, é por isso que repudiamos de forma absoluta e determinável a miserável conduta do Chega na receção ao presidente do Brasil, Lula da Silva.-----

Este voto que aqui temos hoje é parte de um teatro que o Chega montou e da tática política que quer assumir.-----

Lula da Silva defendeu publicamente a defesa da integralidade do território ucraniano e condenou a agressão russa. O Chega sabe disso, mas finge desconhecer e inventar polémicas, da mesma forma que usa o povo português para a sua arruaça com este voto, instrumentaliza o povo ucraniano para justificar o que não tem justificação.-----

O Bloco de Esquerda votará contra este voto e reafirma o que nos une, não passarão.”----

Seguidamente usou da palavra o senhor João Carlos Fernandes Ferreira, eleito enquanto inscrito na lista do PCP-PEV, tendo feito a seguinte declaração de voto, que consta de folhas onze da presente ata:-----





Voto de condenação pelas declarações do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia

No passado dia 15 de abril, durante uma visita à República Popular da China, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em declarações aos jornalistas sobre a agressão da Rússia à Ucrânia afirmava, entre outras considerações, que "os Estados Unidos devem parar de encorajar a guerra e começar a falar de paz, a União Europeia deve começar a falar de paz" e acrescentou ainda que "é preciso (...) convencer os países que estão fornecendo armas e incentivando a guerra a pararem".

Ora, estas afirmações são inaceitáveis, colocando a responsabilidade do conflito em quem manifestamente não a tem, uma vez que foi a Rússia que invadiu a Ucrânia, tendo, até ao momento, provocado milhares de mortos e milhões de refugiados e deslocados, para além de milhares de milhões de euros em danos materiais, com as infraestruturas básicas do país fortemente devastadas.

Ao dizer o que disse, o chefe de Estado Brasileiro posicionou-se inequivocamente ao lado da Rússia de Vladimir Putin, líder de um regime totalitário que tem desrespeitado de forma reiterada os mais básicos direitos humanos, atuando à margem do Direito Internacional, e atacou a posição portuguesa sobre este conflito, ao colocar a responsabilidade do conflito na União Europeia e na NATO, organizações internacionais de que Portugal faz parte.

Ou seja, Lula da Silva preferiu colocar-se ao lado dos inimigos da liberdade, em vez de defender quem está a ser agredido e invadido, demonstrando, uma vez mais, estar muito longe de ser um exemplo no que respeita à defesa dos valores democráticos.

Assim, pelo exposto, reunida em sessão plenária, a Assembleia Municipal de Santo Tirso condena as declarações do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia.



Santo Tirso, 27 de Abril de 2023

A Deputada Municipal do CHEGA,

Joana Maria Geraldês Malheiro Machado Guimarães

CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



DECLARAÇÃO DE VOTO

A postura que o Chega assumiu na sessão do passado dia 25 de Abril na Assembleia da República de boas vindas a Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil, representante de um povo e de um país amigo de Portugal, traduz uma tremenda falta de consideração pelas suas instituições, pelos seus órgãos de soberania e pelo povo brasileiro.

Como se tudo isto já não fosse suficientemente mau, procuram agora na Assembleia Municipal de Santo Tirso repetir o mesmo triste papel.

Tal atitude, profundamente desajustada ao espaço de discussão onde nos encontramos, para lá de revelar um profundo desconhecimento do funcionamento e competências dos órgãos das autarquias locais e da lei fundamental do nosso país, traduz sobretudo o profundo desinteresse deste partido em discutir os problemas e a vida da população tirsense.

Podíamos discutir os serviços públicos, os transportes, o estado do recinto da feira, a falta de aquecimento nas casas, a situação das trabalhadoras das cantinas escolares, a não existência de um lar de idosos em Vilarinho, os parquímetros em Santo Tirso ou muitos outros assuntos de interesse local que todos os dias têm impacto na vida daqueles que nos elegeram para aqui estar.

Não é essa a opção do partido que apresenta este voto totalmente descabido.

Sem mais considerações, o voto merece, naturalmente, a rejeição da CDU, que está mais interessada em resolver os problemas de quem trabalha e vive na nossa terra.

CDU de Santo Tirso

João Fernandes Ferreira



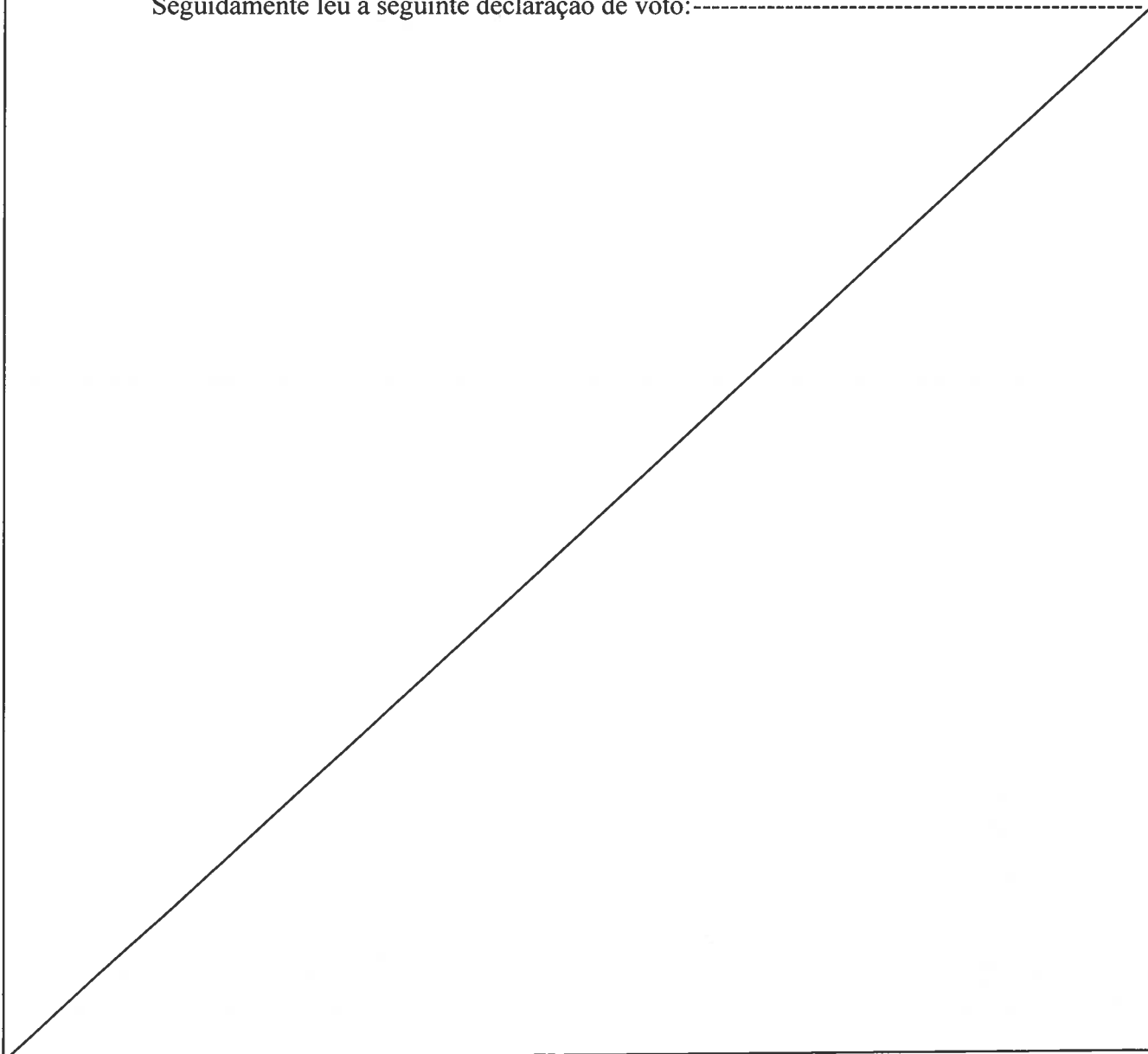
Assembleia Municipal de Santo Tirso

VB
fil

Pelo senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, foi dito o seguinte:-----

“Em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, tínhamos evidenciado um voto de repúdio em relação a invasão russa à Ucrânia”. -----

Seguidamente leu a seguinte declaração de voto:-----





Declaração de Voto:

Em relação à moção do Chega, é nossa opinião o **voto contra a admissão**, porque o PPD apoia a soberania da Ucrânia na guerra contra a Rússia, respeita ainda a posição do presidente brasileiro, não se revendo na mesma, nem nos métodos usados pelo partido Chega para manifestar a sua discordância em relação às suas palavras. O Respeito pelas instituições e Países, deve estar acima de tudo e de todos!

A Bancada do PPD / PSD e CDS PP

27/04/2023



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Pela senhora Ana Isabel Carneiro Gouveia da Silva, eleita enquanto inscrita na lista do Bloco de Esquerda foi apresentado o seguinte “Voto de pesar pela morte do Tirsense Nélson Teixeira”, que se anexa à presente ata e que constitui a subsequente folha: -----

Interveio na discussão o senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, tendo solicitado o seguinte esclarecimento, relativamente à seguinte frase que consta do voto de pesar “(...) “Quando Portugal Ardeu”, pelo menos com a profundidade e o detalhe que esse capítulo livro encerra sobre a triste memória do quase medieval “reino do bateteiro” em São Martinho do Campo (Santo Tirso)”. -----

Pela senhora Ana Isabel Carneiro Gouveia da Silva, eleita enquanto inscrita na lista do Bloco de Esquerda, foi esclarecido que onde se lê “bateteiro” deve ler-se “batateiro”. -----

Seguidamente foi posto à votação o referido voto de pesar, tendo sido aprovado com trinta e cinco votos a favor e seis abstenções. -----

Pelo senhor Paulo da Silva Sousa, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, foi feita a seguinte declaração de voto que se transcreve: -----

“Relativamente a este voto de pesar, abstive-me porquê? diz respeito à morte de uma pessoa e não iria votar contra, fosse quem ela fosse. -----

Agora votar a favor, quando os proponentes utilizam aqui uma terminologia caceteira. Deviam fazer isto numa assembleia em São Martinho do Campo, para verem o que é que eles dizem do tal comendador Abílio Oliveira. -----

Relativamente ao voto de pesar, há muitos Tirsenses, mas muitos, que certamente mereceriam, não conheço esse senhor, um voto de pesar dos verdadeiros Tirsenses, a esses nós não podemos dar”. -----

Assembleia Municipal de Santo Tirso

Voto de pesar pela morte do Tirsense Nélon Teixeira

“Nélon Teixeira foi o único dos quatro filhos de Rosinda Teixeira que dormiu em casa na madrugada dantesca de sexta-feira, 21 de maio de 1976. (...) Moravam no lugar de Arzonela, São Martinho do Campo, Santo Tirso, cacho de povo espremido na geografia operária do têxtil.” (Carvalho, 2017)

Este é o excerto do livro “Quando Portugal Ardeu”, no capítulo referente aos acontecimentos em São Martinho do Campo, Santo Tirso, que levou à morte de Rosinda Teixeira.

Nelson Teixeira é filho de Rosinda Teixeira, assassinada à bomba pela rede terrorista da extrema-direita a 21 de maio de 1976. Lê-se na homenagem de Miguel Carvalho, autor do livro, a importância que teve Nélon Teixeira na escrita da história do nosso concelho. “Sem Nelson, sem o seu testemunho, documentos e fotografias, nunca teria sido possível contar a história dessa época e desse atentado no “Quando Portugal Ardeu”, pelo menos com a profundidade e o detalhe que esse capítulo do livro encerra sobre a triste memória do quase medieval “reino do bateteiro” em São Martinho do Campo (Santo Tirso).

Assim, a Assembleia Municipal de Santo Tirso reunida em sessão ordinária em 27 de abril de 2023, delibera:

- 1. Um voto de pesar a Nelson Teixeira, um homem de abril. Um voto de homenagem e de agradecimento pela sua coragem e pelo seu papel fundamental na preservação da memória e do legado de resistência antifascista dos seus pais, Rosinda e António Teixeira.**

Os representantes do Bloco de Esquerda na AM de Santo Tirso.



Assembleia Municipal de Santo Tirso

D). Neste período intervieram os seguintes membros desta assembleia municipal: -----

- António Sousa Soares, eleito enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda, que a seguir se transcreve: -----

“Peço desde já desculpa à mesa, mas queria dar uma ressalva sobre a votação anterior (Voto de pesar pela morte do Tirsense Nelson Teixeira), todos os Tirsenses e todos aquele que nasceram cá, são verdadeiros Tirsenses e efetivamente existiram muitos resistentes ao fascismo, muitos trabalhadores das nossas fábricas que sofreram às mãos dos industriais, que durante muitos anos, podiam e conseguiu, porque o Estado Novo assim o legitimava, abusavam e os exploravam, ao limite. Os meus avós foram alguns deles, os meus tios posteriormente, já com alguns direitos, também passaram uma fase complicada e só Abril é que lhes deu algum descanso, o salário mínimo, o direito a ter agora uma reforma. E é por isso, quando nós falamos de pessoas que tentam e luta para preservar a memória, precisamos de cuidar, de relembrar o nome delas. Sei que o senhor deputado Paulo Sousa não conhece o Nelson, mas aconselho, então, a pesquisar sobre Nelson, a ler o livro “Quando Portugal Ardeu”, porque realmente é muito interessante e o capítulo que fala sobre o nosso concelho é muito enriquecedor, principalmente para aqueles que estão interessados em estudar e aprender sobre o que é que foi a resistência ao fascismo em Santo Tirso. -----

De seguida farei uma intervenção sobre o Dia do Trabalhador, neste caso sobre as trabalhadoras das cantinas escolares no nosso concelho. -----

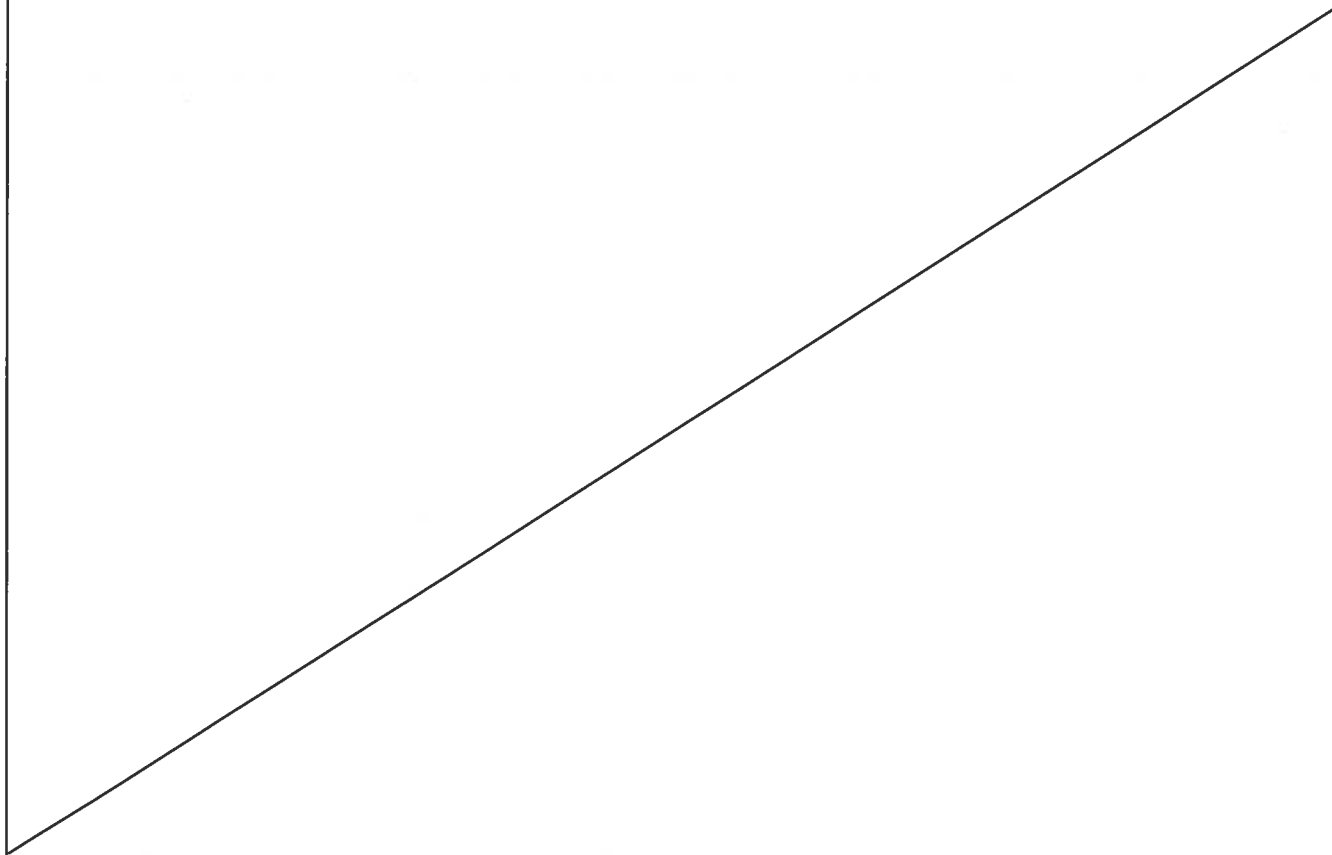
Já andamos há algum tempo a arrastar sobre este tema e a falar sobre isto, mas realmente, até então, não há nada feito em relação às condições de trabalho que estas trabalhadoras têm, elas trabalham nas suas funções e no mesmo local há vários anos e mesmo assim, são obrigadas a fazer e a assinar contratos sazonais, com duração de 3, 6, 9 meses, sucessivamente, sem uma vinculação definitiva e, mesmo nos dias que correm, depois de tantos avisos, depois das greves que já fizeram, dos sindicatos terem estado no nosso concelho a lutar ao lado destas cozinheiras, elas ainda não têm um vínculo e a ICA continua a desresponsabilizar-se. -----



O Bloco de Esquerda vem aqui, para continuar a mostrar que está ao lado destas trabalhadoras e pedir à câmara, que efetivamente tome uma posição em relação a esta situação, a posição é municipalizar estas funções nas escolas. -----

As escolas públicas no nosso concelho já há muito tempo, no passado, tiveram cozinheiras próprias e as refeições eram muito melhores, as coisas funcionavam muito melhor, vamos a tempo de dar justiça a estas mulheres que trabalham e que cozinham, para que as nossas crianças ao almoço possam ter uma refeição saudável. E neste tempo de inflação, não precisarem de ir a casa, trazerem comida de casa, e que gastariam muito mais dinheiro, já que são refeições mais económicas”. -----

- Seguidamente interveio o senhor João Carlos Fernandes Ferreira, eleito enquanto inscrito na lista do PCP-PEV, conforme consta das subseqüentes duas folhas. -----





Comemorar Abril e Maio – afirmar e valorizar o poder local democrático e seus trabalhadores

Antes de mais, saudamos a evocação e a celebração do 25 de Abril com a envolvência dos seus representantes autárquicos, como sucedeu na passada terça-feira na Câmara Municipal de Santo Tirso.

E desde já, incitamos a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

O 25 de Abril e, posteriormente, a Constituição da República aprovada em 1976, consagrou as autarquias locais como partes fundamentais da organização democrática do Estado num referencial de autonomia política e administrativa.

Assim, após décadas sem poderem escolher os seus representantes autárquicos, em 1976, os portugueses puderam votar nas primeiras eleições autárquicas portuguesas, tendo sido eleitos 304 presidentes de câmara municipais, 1908 vereadores, 5135 deputados municipais e perto de 26 mil deputados para as assembleias de freguesia.

Comemorar Abril é, assim, assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas, o que obriga à sua defesa perante o “subfinanciamento”, a sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando

CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

E, por fim, comemorar Abril (e Maio, já agora) exige assegurar condições efectivas de dignidade a quem trabalha, eliminando a existência de vínculos precários, defendendo e dignificando salários e carreiras.

Esta é uma lição que devemos retirar, especialmente dos últimos anos, em que os trabalhadores demonstraram inequivocamente que são o motor fundamental da nossa vida colectiva, designadamente os trabalhadores municipais, os trabalhadores da limpeza e resíduos, das cantinas escolares, auxiliares de educação, profissionais de saúde e muitos outros.

CDU de Santo Tirso

João Fernandes Ferreira

PCP-PEV





Assembleia Municipal de Santo Tirso

NS
[Signature]

- Intveio a senhora Ana Filipa Saldanha Pedrosa Batista, eleita enquanto inscrita na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, conforme consta das subseqentes quatro folhas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27/04/2023

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Exmo. Senhor Presidente da AM e restante mesa

Exmo. Senhor Presidente da CM e restantes Vereadores

Caras e Caros membros da AM,

É público e tem sido amplamente difundido pelos meios de comunicação social nacionais que o Presidente do Conselho Metropolitano do Porto (CMP), e também Presidente da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista, Eduardo Vítor Rodrigues, tem dito que tem fundada expectativa de que os concursos das linhas de metro de Gondomar e Trofa avancem até ao verão, sem descartar novas ligações, o que está efetivamente programado há anos.

Sabendo nós estão ^{que} já previstos investimentos de milhões de euros em resultado do REACT-EU (iniciativa da Comissão Europeia no âmbito dos programas em curso da política de coesão para a recuperação dos estados-membros pós-Covid-19), vulgo PRR – (Programa de Recuperação e Resiliência), questionamos a CM se existe vontade política e por conseguinte alguma verba inscrita no mesmo para que a linha de metro possa chegar ao nosso concelho, com extensão até á Vila das Aves? Da nossa parte é nossa vontade há anos.

Se sim, para quando o seu projeto e consequente execução?

O PSD de Santo Tirso, através da sua concelhia, tem vindo a público defender mais e melhores projetos na área da mobilidade para o nosso concelho, sendo para nós não só uma bandeira, mas uma prioridade, que trará ganhos significativos e futuros aos cidadãos, empresas e instituições da nossa terra.




Haverá vontade política na concretização de tão prioritário meio de transporte que contribui e contribuirá para a mobilidade efetiva de todos os Tirsenses.

A Bancada do PPD.PSD/CDS.PP.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27/04/2023

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Exmo. Senhor Presidente da AM e restante mesa

Exmo. Senhor Presidente da CM e restantes Vereadores

Caras e Caros membros da AM,

Na Assembleia Municipal realizada em Dezembro de 2022, questionamos quer o Senhor Presidente da AM, quer o Senhor Presidente da CM sobre a efetivação ou implementação da transmissão “on line” destas sessões. Pelo Senhor Presidente da CM foi dito estar a aguardar parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, sendo que pela Câmara Municipal o processo estaria a ser tratado por um funcionário, julgo que se chama Engº Pedro.

Ora, volvidos três meses, verificamos que ainda não foi desta.

Assim, reiteramos os fundamentos invocados na posição apresentada, por mim, na referida sessão de Dezembro passado, e perguntamos:

Será que só iremos dar cumprimento ao regimento, e implementar a transmissão “on line” na primeira sessão desta Assembleia a realizar no ano de 2025?

É caso para pensar que, mais depressa passamos a utilizar aqui a invenção do “Chatgpt”, ou seja, a recorrer à inteligência artificial do que a fazer uma simples transmissão “on-line”!

Acreditemos, todos, que assim não seja.



É público e tem sido amplamente difundido pelos meios de comunicação social nacionais que o Presidente do Conselho Metropolitano do Porto (CMP), e também Presidente da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista, Eduardo Vítor Rodrigues, tem dito que tem fundada expectativa de que os concursos das linhas de metro de Gondomar e Trofa avancem até ao verão, sem descartar novas ligações, o que está efetivamente programado há anos.

Sabendo nós estão já previstos investimentos de milhões de euros em resultado do REACT-EU (iniciativa da Comissão Europeia no âmbito dos programas em curso da política de coesão para a recuperação dos estados-membros pós-Covid-19), vulgo PRR – (Programa de Recuperação e Resiliência), questionamos a CM se existe vontade política e por conseguinte alguma verba inscrita no mesmo para que a linha de metro possa chegar ao nosso concelho, com extensão até à Vila das Aves? Da nossa parte é nossa vontade há anos.

Se sim, para quando o seu projeto e consequente execução?

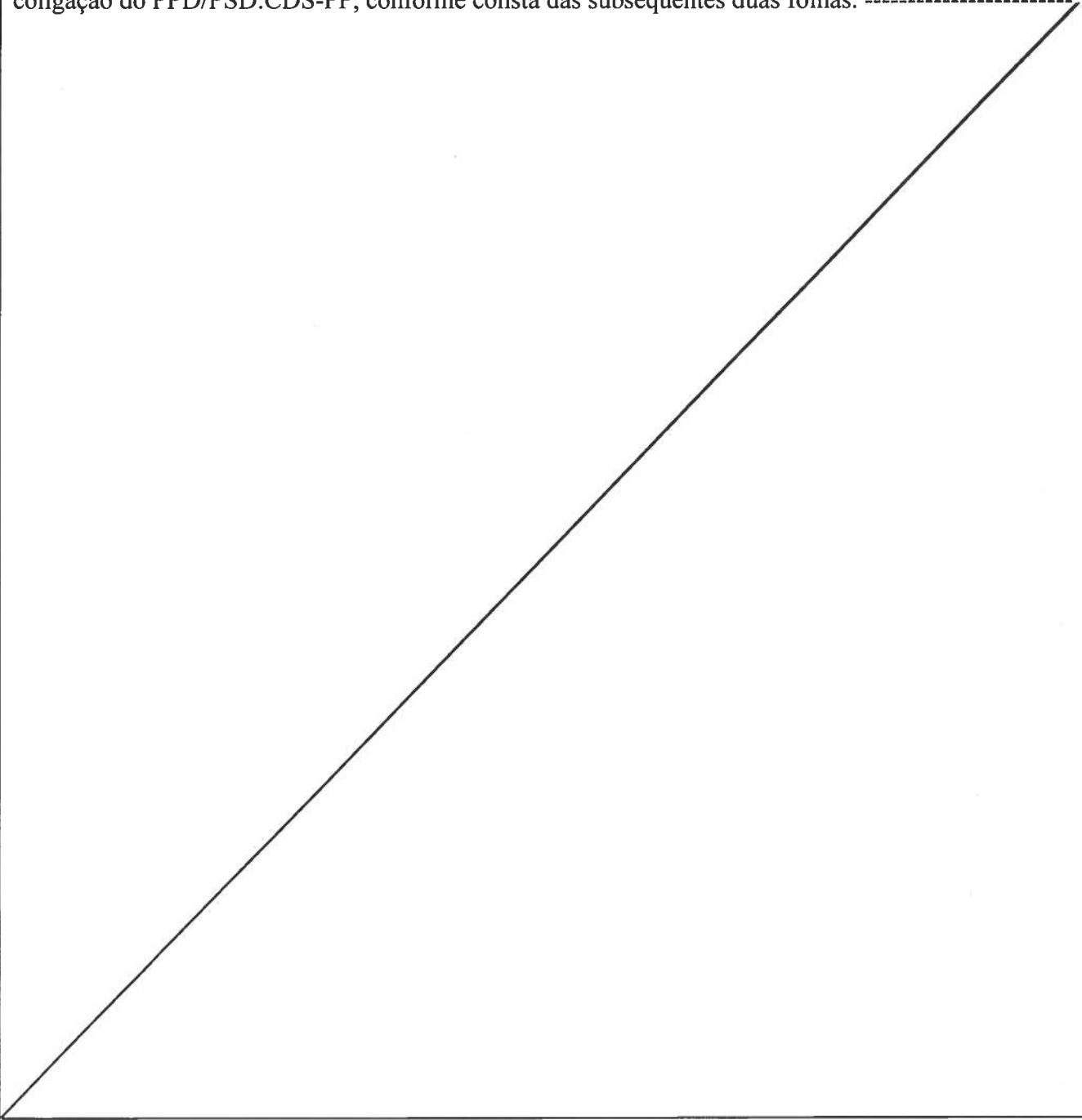
O PSD de Santo Tirso, através da sua concelhia, tem vindo a público defender mais e melhores projetos na área da mobilidade para o nosso concelho, sendo para nós não só uma bandeira, mas uma prioridade, que trará ganhos significativos e futuros aos cidadãos, empresas e instituições da nossa terra.

Haverá vontade política na concretização de tão prioritário meio de transporte que contribui e contribuirá para a mobilidade efetiva de todos os Tirsenses.

A Bancada do PPD.PSD/CDS.PP.



- Interveio a senhora Ana Maria Carvalho Lages Pinto, eleita enquanto inscrita na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, conforme consta das subseqüentes duas folhas. -----



PAOD – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DIA 27 DE ABRIL DE 2023**PLANO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**

Dou início a esta intervenção questionando o Sr. Presidente de Câmara e a Vereadora responsável pelo pelouro da Juventude, se se relembram deste militante do vosso partido que foi candidato a Presidente da União de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Agrival pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas?

Miguel Nascimento, licenciado em Direito, foi consultor fiscal na multinacional Ernst & Young e membro da Direção do Conselho Nacional de Juventude, (retenha-se esta informação) com o pelouro do poder local.

É também, por coincidência, o responsável pela Alce.

E quem é a Alce?

A Alce é a única empresa especializada no desenho de políticas de juventude que é liderada por jovens, (dizem eles no seu site), e é também a empresa a quem foi atribuída a Prestação de serviços para a implementação, concretização e monitorização do Plano Municipal da Juventude de Santo Tirso e da criação da Rede da Juventude de Santo Tirso, no valor de 53 mil euros.

Eu repito, 53 e mil euros para a execução do Plano Municipal da Juventude.

De facto, se formos consultar os contratos da empresa Alce, verificámos que o contrato de DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E CONSULTORIA PARA A CANDIDATURA A CAPITAL EUROPEIA DA JUVENTUDE 2026 por parte da Câmara Municipal de Vila do Conde rondou o valor de 65 mil euros.

Ou o Sr. Presidente nos vai surpreender com uma candidatura do género por parte do nosso município ou, vamos verificar que se trata de mais um contrato megalómano da CMST com o compadrio do Partido Socialista.

Um Plano Municipal de Juventude é uma estratégia que visa impulsionar a área da juventude, definindo linhas orientadoras e estabelecendo prioridades para responder aos direitos, interesses e desafios dos jovens de Santo Tirso. A sua elaboração deve fundir-se nos contributos dos agentes da sociedade civil com atuação na área da juventude e nas propostas dos jovens, enquanto parte interessada e ativa na construção de uma matriz de políticas eficaz.

Deve contemplar vários momentos de contacto e recolha de contributos, para que fosse o mais participado possível e para que refletisse as reais preocupações e reivindicações dos jovens de Santo Tirso.

E este contacto, recolha de informação e análise é da responsabilidade do pelouro da juventude, alicerçado na sua divisão e gabinete de juventude, de forma a ouvir o órgão máximo representativo do concelho – O Conselho Municipal da Juventude.

Gaia, Matosinhos, Famalicão ou Porto,

São exemplos de concelhos que elaboraram o seu Plano Municipal da Juventude com os meios que as suas autárquicas tinham e que não deixaram de ser mais ou menos válidos.

É que de facto Sr. Presidente, é de uma hipocrisia atroz, quando o Sr. Presidente nas celebrações do 25 de abril, na passada terça-feira, faz referência a um conjunto de políticas para a juventude que por circunstância do momento não podiam ser anunciadas.

Num ponto estamos de acordo, o momento não seria de facto o melhor, mas o Sr. Presidente só não anunciou essas ditas políticas para a juventude porque não as tem, aliás nem sequer capacidade interna tem para a elaboração do Plano Municipal da Juventude.

Mas Eu, enquanto Jovem Tirsense, com responsabilidade em contribuir para o sucesso do Município, partilho consigo o organigrama da Construção do Plano Municipal da Juventude de Matosinhos.

Estou certa de que com a boa relação que mantém com a Presidente de Câmara daquela autarquia, será fácil a execução do nosso Plano. Infelizmente já não será este ano, pois o dinheiro dos munícipes já está investido neste contrato, mas para o futuro tenha o discernimento de perceber que esses 53 mil euros seriam mais bem aplicados se distribuídos, igualitariamente às Associações do nosso concelho.

Enquanto a JSD tiver representação nesta Assembleia Municipal, a defesa dos interesses dos jovens Tirsenses será sempre assegurada.

Relembro ainda que os vereadores eleitos pela coligação Valorizar Mais ainda aguardam o Caderno de Encargos relativo a este contrato.

Obrigada.

A bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP,



[Handwritten signature]

- Interveio o senhor António Jorge Pereira Ribeiro, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, conforme consta da subsequente folha. -----

Permita-me que o cumprimente, senhor presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. 29

Peço desde já desculpa se as providências que vou sugerir esbarrarem na vaga fortíssima do progresso e outro destino se anunciar para o local.

Quando me abordam, na Rua Tirsense, forasteiros ou turistas, a pergunta que me colocam é pela central de camionagem.

Por isso, denomino assim o local tema desta ligeira intervenção.

Inaugurada em 1993, o centro de transportes – vulgo central de camionagem – não está robusta e adulta como os trinta anos, a completar em finais do próximo mês de outubro, podem induzir na mente de qualquer não utilizador.

Seria interessante tema para um ensaio ou peça jornalística a urdidura à volta do nascimento do referido serviço público.

Mas não é da história que me ocupo, a não ser que as atuais circunstâncias tenham algo que ver com aquilo a que, metaforicamente, eu chamaria de aniquilação de sobreparto.

O estado de degradação da central é confrangedor.

E é muito mau que, porta de entrada para muitos cidadãos que nos visitam, seja aquilo o que nós mostramos como preâmbulo de uma cidade que algumas pessoas, afanosamente nas redes sociais, lançam com o pregão “Santo Tirso é lindo!”

Divido, como simples apreciador e pequeno utilizador, as minhas críticas em três pontos:

Um – Os remendos que alguém sobrepõe ao edificado, com vestígios da antiga era do Santo Tirso conVida, trazendo reminiscências dos tempos em que os autocarros paravam e parqueavam na praça Conde de S. Bento (Pacense), na rua Sousa Tropa (Landim), no largo Coronel Batista Coelho (Mondinense) e na praça Humberto Delgado (Linhares).

Dois – A semiótica. Está toda errada! As informações estão desatualizadas, os dados estão falseados, os meios são obsoletos, maioritariamente espalhados à custa de folhas A4 e bolsas plásticas.

Três – O dinamismo. Uma grande, enorme mesmo, percentagem dos trabalhos existentes na nossa cidade e no nosso concelho são da área de serviços. E, mesmo no setor de produção, cerca de 20% dos trabalhadores fazem trabalhos de serviços: desenho, engenharia, finanças, marketing, vendas, distribuição, compras, etc. Talvez a autarquia se aperceba disso e comece a implementar políticas que não sejam hostis para com os serviços, começando por insuflar mais vida ao centro comercial da central.

Nem espero que, perante as providências que reclamo, alguém responsável tenha a bonomia e a desfaçatez de se dirigir a mim, simples deputado desta Assembleia, e me pergunte, como o funcionário da Central:

– Diga lá! O que é?

PPD/PSD

António Jorge Ribeiro, abril de 2023



O senhor presidente da câmara municipal interveio neste momento, para esclarecer algumas questões colocadas nas intervenções acima referidas, que a seguir se transcreve: -----

“Começando pelo senhor deputado António Soares do Bloco de Esquerda, quanto à ressalva do voto de pesar não tenho comentário a fazer. -----

Quanto à questão do Dia do Trabalhador, quero-lhe dizer que, não é por dizer muitas vezes uma coisa, que passa a ser verdade, vou-lhe dizer, não temos qualquer tipo de reclamação das refeições escolares, não há dúvida, porque há relatórios escritos acerca da condição e da qualidade das refeições, como quando estavam antes, foi exatamente por isso e para garantir a qualidade, para garantir que era cumprida toda a legislação em vigor, que se passou a entregar às empresas, não foi por nenhum outro motivo, portanto, não é por dizer muitas vezes isso que, de facto não é verdade. ---

Quanto à precaridade, claro que há precariedade, exatamente por isso que pagamos as refeições mais caras à empresa, é exatamente para garantir que não haja tanta precariedade que essas pessoas, garantidamente mantenham o seu trabalho e também elas têm um vínculo laboral e contrato de trabalho, a não ser as pessoas que têm 3 ou 4 horas, que essas naturalmente não podem ter um vínculo definitivo. Sim, temos dialogado com os respetivos sindicatos, apesar desta negociação, deste aproximar junto dos respetivos sindicatos e da vontade de ajudar, efetivamente procuramos sempre o melhor e vamos continuar a procurar, portanto, estamos todos no mesmo lado, do lado dos trabalhadores, das trabalhadoras, mas neste caso, fundamentalmente, do lado dos alunos que são aqueles que vão receber refeição e esses sim, recebe em refeições de qualidade. -----

Quanto à intervenção do senhor deputado João Ferreira, não há grande comentário a fazer, apenas dizer que sim, que estamos a tratar da Comemoração dos 50 anos do 25 de abril de 1974, portanto, já estamos a programar, por achar exatamente tal como o PCP/CDU, que de facto, o que é relevante, importante é esse momento e por isso é que fazemos questão, de todos os anos, o comemorar e naturalmente, para o ano queremos comemorá-lo de sobremaneira, porque são, de facto, 50 anos. -----



Quanto à intervenção da senhora deputada Ana Batista do PSD, não está inscrito no PRR nenhuma verba para o metro, como sabe, e é público, não vamos andar a esconder nada acerca do metro, também não prometemos nenhum metro, nenhum aeroporto em Santo Tirso, se alguém prometeu há de cumprir, não fomos nós, temos os pés bem assentes na terra e paulatinamente lutamos por aquilo que são os interesses em termos de mobilidade, a par e passo. Para dar um exemplo, não faz sentido estar a reivindicar o metro em Santo Tirso se não houver metro na Trofa, ele não salta por cima, portanto, a cada momento, vamos lutando pelos interesses do município, como está fácil de ver. -----

Quanto à questão da transmissão online, de facto, e admira-me de si, até pela questão profissional, sabe bem a burocracia que está envolta do assunto, temos de mandar para a Comissão Nacional de Proteção de Dados, temos de receber a resposta da Comissão, temos que voltar a responder às dúvidas da Comissão Nacional de Proteção de Dados, é quase como o Tribunal de Contas e outras instituições, a gente anda constantemente no vaivém. Parece que finalmente estamos a chegar ao final e que provavelmente o que vamos ter de fazer a seguir é, só passar tudo o que eles querem para um regulamento e fechar este assunto, agora é um assunto demasiado sério e burocrático e que não depende da nossa vontade, depende da vontade de quem, de facto, detém o poder disso e, portanto, estar aqui a querer conjecturar que estamos a atrasar o processo e que só vamos fazer isso em 2025, cara deputada, de facto, parece-me deplorável. -----

Quanto à questão da senhora deputada, Ana Maria Lages, dois ou três comentários, dizer primeiro, quando fala o tom de voz até aceito, acho uma falta de educação chegar aqui, pousar folhas em cima da mesa das pessoas, quando as devem entregar na mesa, ao presidente da mesa e, o senhor presidente da mesa é que tem de distribuir a toda a gente. Nós não somos obrigado a atirar-nos com folhas para cima da mesa, isso demonstra bem aquilo que é educação da senhora deputada. -----

Mas dizer outra coisa, para que não haja dúvidas claramente, não fazia ideia nem faço ideia quem é esse senhor Miguel, vou naturalmente, depois do que me está a dizer, averiguar, saber



quem é o senhor Miguel e empresa Alce, que referiu, para mim é um procedimento normal e natural, tomado em consideração, que penso que também deveria de saber, que o Serviço da Juventude, é um serviço muito curto que tem apenas duas ou três pessoas e que não consegue, dar saída a tudo, aliás, deve saber, já que acompanha as respetivas Comissões da Juventude e sabe que é muito difícil. -----

Um último comentário, havemos de responder à senhora vereadora que pediu o caderno de encargos, mas o caderno de encargos é público, está publicado na Base.Gov, mas forneceremos, não tem problema nenhum, há transparência total, não temos nada aqui a esconder. -----

Quanto à outra questão da senhora deputada, Ana Maria Lages, da hipocrisia no 25 de Abril? Hipocrisia, garantidamente, foi o discurso deplorável do PSD, naquela cerimónia, que em vez de se cingir àquilo que é a cerimónia de 25 de Abril, de facto, foi para ali fazer propaganda política, foi fazer campanha política, foi pedir votos para as próximas eleições e dizer “Ah, nós quando fomos poder em 20...” reflitam sobre aquilo que foi a vossa declaração naquela cerimónia, provavelmente, então, falaremos a cerca de hipocrisia. -----

Quanto à questão do senhor Doutor António Jorge Ribeiro, tomámos em boa nota de tudo o que disse, dizer que naturalmente, que estamos paulatinamente, se já deu conta até com os Julgados de Paz, a mudar o “Mindset”, ou seja, aquilo que é o interior, aquilo que é a movimentação e o dinamismo da parte interior, estamos a prever, estamos a programar, para além dessas obras pontuais que vamos fazendo, fazer obras de reformulação maiores naquela Central. Faz sentido que sejam feitas, nomeadamente, do que falou e bem, sobre os avisos e sobretudo o resto, que agora concluído que está, temos entre 3 a 9 meses, para concluir esta passagem dos transportes na Área Metropolitana para a nova empresa e também depois do visto do Tribunal de Contas, no âmbito da MOBIAVE, depois de acertarmos, em definitivo, aquilo que são as linhas e os transportes para futuro, sim faz sentido, que os avisos e toda a reformulação seja feita em função deste novo paradigma e desta nova organização de transportes que vamos ter”. -----



**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
MINUTA DA ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27/04/2023

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 859 267

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 07/12/2022**
- 2 - Apreciação da informação do senhor presidente da câmara acerca da atividade municipal, situação financeira do município e processos judiciais pendentes**
- 3 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022 – Apreciação**
- 4 - Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e o município de Santo Tirso - Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros**
- 5 - Concurso Público Internacional para a Celebração de Contrato de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos e de Limpeza Urbana no Concelho de Santo Tirso – Autorização para assunção de compromissos plurianuais**
- 6 - Proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Roriz - Festas da Vila**
- 7 - Proposta de reconhecimento do interesse público municipal do projeto de "Construção de uma nova ponte sobre o Rio Vizela, ligando Vila Nova do Campo à estação de caminhos de ferro de Lordelo, e uma rotunda na VIM" para efeitos de ocupação de áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional**
- 8 - Requerimento da sociedade Vizelpas Flexible Films, S.A. - Pedido de reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal – Implantação do empreendimento em área integrada em Espaço Florestal**

Santo Tirso, 21 de abril de 2023

O Presidente,



Fernando Benjamim Martins



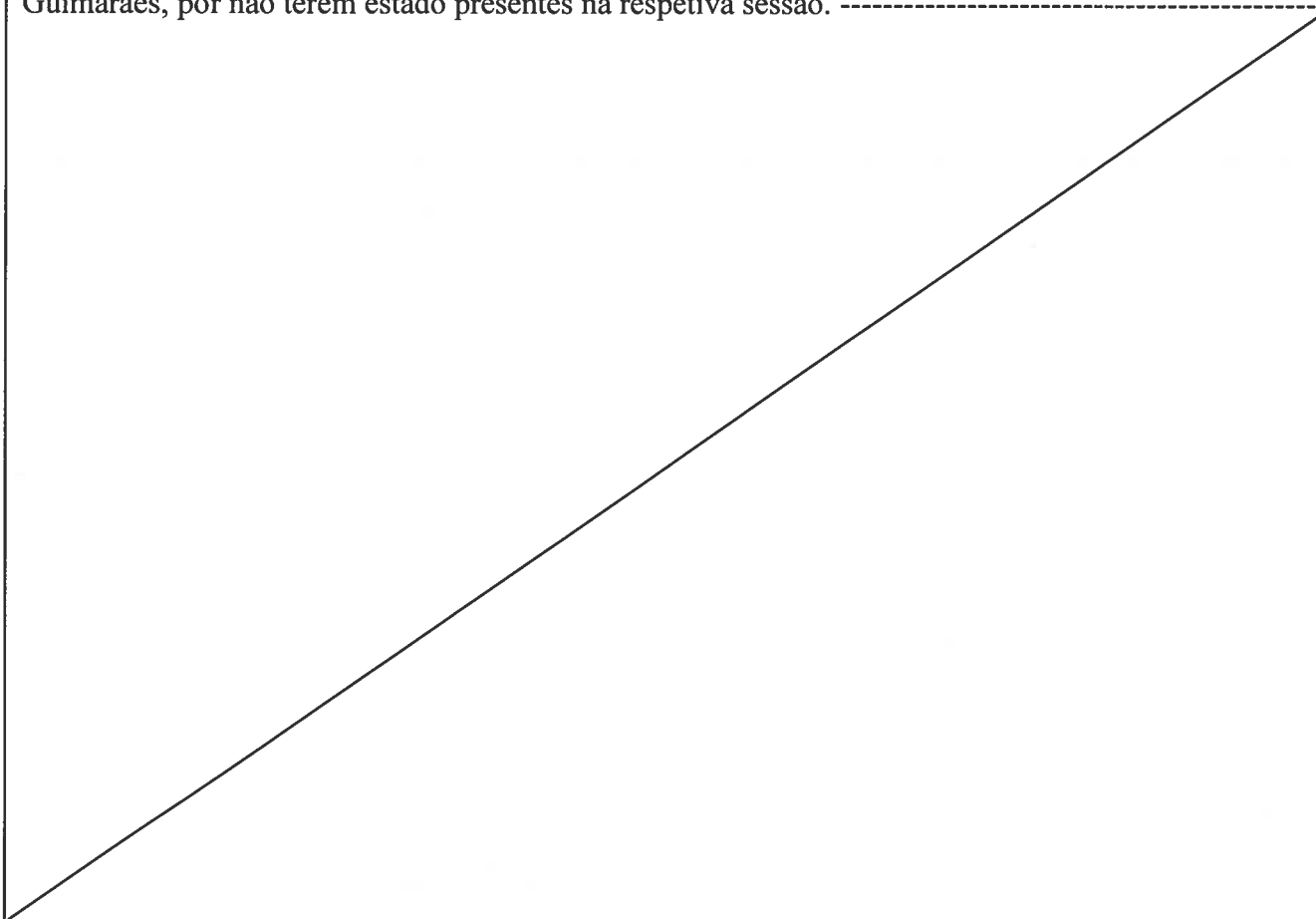
1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 07/12/2022. -----

Presente a ata da sessão ordinária realizada no dia sete de dezembro último, da qual se forneceu cópia a todos os membros desta assembleia municipal. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a assembleia deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A referida ata foi aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na discussão e votação da referida ata os senhores José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, António Sousa Soares e Joana Maria Geraldês Malheiro Machado Guimarães, por não terem estado presentes na respetiva sessão. -----





2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES. -----

Presente informação do presidente da câmara municipal, prestada em cumprimento do disposto no n.º 2, alínea c), do artigo 25.º, em conjugação com o disposto no n.º 4 do artigo 35.º, ambos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, sobre os seguintes aspetos: -----

1 - Atividade mais relevante do município no período relativo aos meses de dezembro de dois mil e vinte e dois a fevereiro do ano em curso; -----

2 - Situação financeira do município, reportada a trinta e um de março findo; -----

3 - Processos judiciais pendentes em abril de dois mil e vinte e três. -----

Anexa-se cópia da referida informação à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma. -----

Sobre a aludida informação usou da palavra o senhor presidente da câmara, que realçou alguns aspetos que constam da aludida informação, nomeadamente: -----

- Que a câmara assinou protocolos com as IPSS para garantir a continuidade dos apoios sociais, tomando em consideração, como já foi dito, que outras câmaras não fizeram, garantindo os postos de trabalho das pessoas que estão nas IPSS, a trabalhar, que trabalhavam em função daquilo que eram os acordos de cooperação com a Segurança Social. Com esta assinatura de protocolos vão continuar com os seus trabalhos e vão continuar a garantir a sustentabilidade dessas mesmas IPSS. --

- Que a câmara aposta na instalação de desfibrilhadores nos edifícios e nos equipamentos municipais, aproveitou para deixar o convite para a caminhada de domingo (30/04) às 10 horas da manhã, no âmbito da prevenção dos maus-tratos na infância que apesar de tudo era um problema que ainda preocupa bastante nos dias de hoje. -----

- Mostra de meios e jornadas técnicas nas comemorações do Dia da Proteção Civil. -----

- Sessões no âmbito da internet mais segura, com a colaboração das entidades, Guarda



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, junto de cerca de 500 alunos, tendo já sido realizado junto dos pais e dos encarregados de educação, era um problema cada vez mais premente e que estando atentos, com a ajuda dessas entidades, que agradecia. -----

- A realização do Programa Mimar+ Páscoa 2023, que continuava a ser feito para grandes jubilo das pessoas que o acolhem. -----

- Continuidade da Mostra de Educação, que era muito importante para os jovens alunos para perceberem quais eram as diversas opções que tinham, com a ajuda das diversas instituições não só locais como também do país, nomeadamente ao nível do ensino superior. -----

- A Contínua aposta no projeto Ciclismo Vai à Escola, para promover, cada vez mais, este modo de mobilidade suave. -----

- A realização do espetáculo de tributo a Chico Buarque. -----

- A presença da Casa da Música na Fábrica de Santo Thyrsó, no âmbito do programa “Holograma da Casa”. -----

- Diversas atividades no Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, com exposições, nomeadamente, Fotografia sobre Picasso, entre outras diversas exposições. -----

- Diversas exposições no Museu Internacional de Escultura Contemporânea, continuando a demonstrar o enorme dinamismo ao nível cultural neste município, o que diferencia o município de Santo Tirso de todos os outros. -----

- A presença do município na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). -----

- O novo programa de atividade física “Santo Tirso a Mexer”, que se realiza 2 vezes por semana, para quem pretende caminhar, com o apoio de um professor ou através da aplicação, baixando a aplicação e fazendo os trajetos sozinhos, promovendo assim a saúde. -----

- A homenagem ao saudoso José Pacheco, que foi feita na Gala do Desporto. -----

- O projeto vencedor do OPJ – Requalificação do polidesportivo de EB de São Martinho.

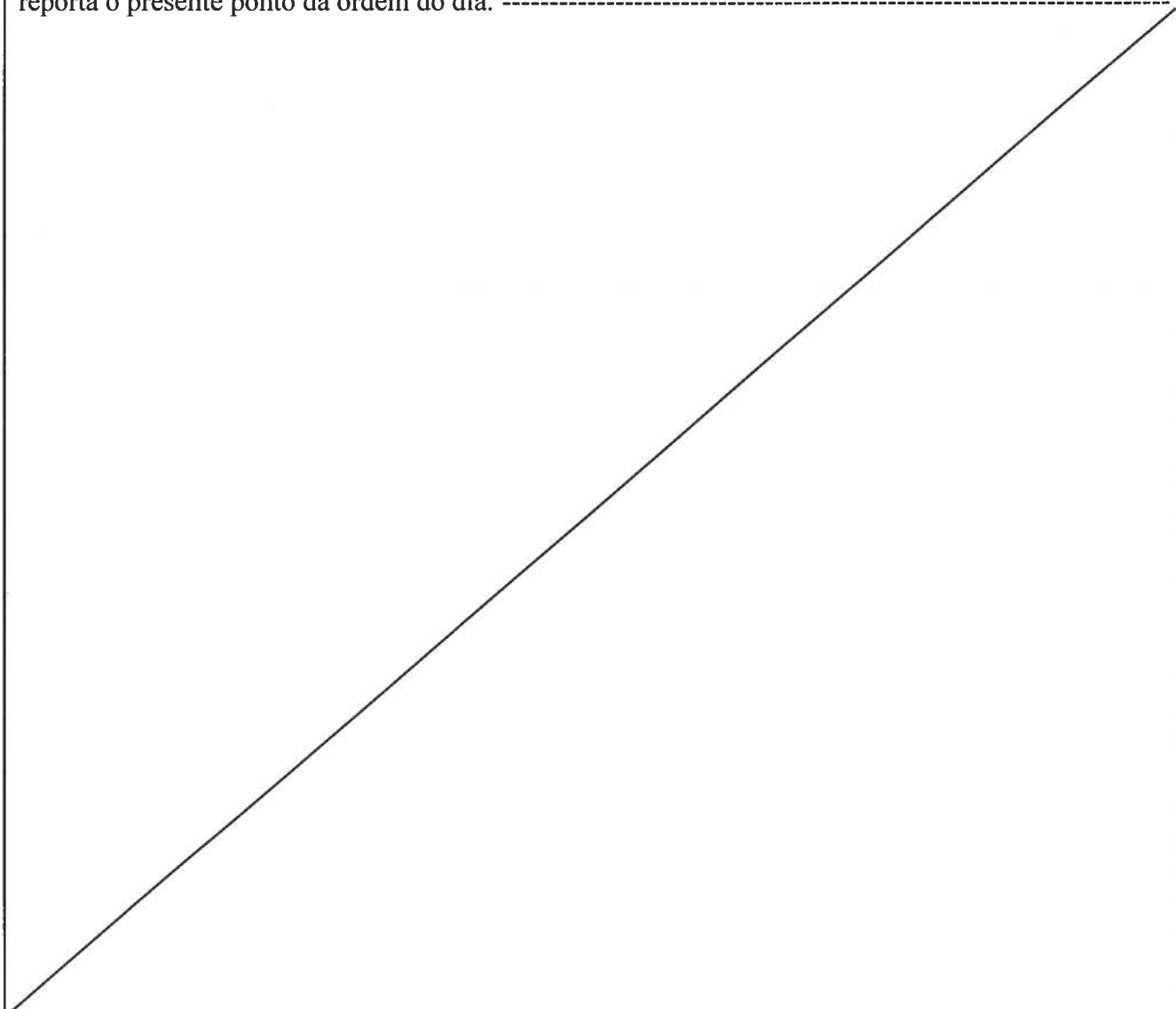
- A realização de sessão de esclarecimento sobre o corredor do Rio Leça, na freguesia de



Agrela. -----

- A Construção da Nova Ligação à Estação Ferroviária de Lordelo, que irá arrancar ainda este ano, conforme anunciou na presidência aberta, o compromisso será de avançar este ano com a rotunda, estando a tentar conciliar o projeto e obra de pavimentação de toda a VIM, e procurar financiamento para fazer a ligação à Estação de Lordelo. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento de todo o teor da informação a que se reporta o presente ponto da ordem do dia. -----





3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2022 – APRECIÇÃO.-----

Presentes os documentos em epígrafe, aprovados pela câmara municipal na sua reunião ordinária de vinte do corrente mês de abril, dos quais se junta cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, que é composto por oitocentas e sessenta e uma folhas.-----

Junta-se cópia da aludida deliberação da câmara municipal à ata, e dela fica a fazer parte integrante, o que consta das folhas cinquenta e nove a sessenta e seis da presente da ata. -----

Os documentos de prestação de contas vêm acompanhados da certificação legal das contas e do parecer emitido pela sociedade MGI & Associados, SROC, Ld.ª, de harmonia com o previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, documentos datados de vinte de abril, dos quais se anexam cópias à ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas sessenta e sete a setenta e três da mesma.-----

O senhor presidente da câmara municipal usou da palavra para fazer uma apresentação sumária dos documentos de prestação de contas relativos a dois mil e vinte e dois, tendo realçado alguns aspetos relativos à Gerência desse ano, nos seguintes termos: -----

“O exercício de 2022 está em traços gerais em linha com os resultados apresentados nos últimos 3 anos económicos, 2020, 2021 e 2022. A consolidação das contas do município é fruto de uma gestão assente em três princípios, responsabilidade, rigor e confiança. -----

Temos boas taxas de execução orçamental, que atingiu os 81%, sendo que 2021 foi de 84% e igualmente 84% em 2020.-----

A taxa de execução da receita foi de 86%, e a taxa de execução da despesa foi de 75%. ---

Relativamente ao resultado económico, foi positivo de 6,3 milhões de euros e em 2021 foi de 6,1 milhões de euros. As principais razões são o aumento com os gastos com pessoal, fruto da transferência de competências para o município no domínio da educação. O aumento com o



fornecimento e serviços externos, como os transportes, a energia, as refeições escolares, o tratamento de resíduos sólidos, entre outros, ou seja, tudo isto, influência e influenciaram as contas, mesmo assim, elas continuaram bastante positivas.-----

A poupança corrente atingiu o mais alto valor de sempre, de 15,3 milhões de euros, mantendo a tendência do passado, quer dizer, o município continua a gastar menos do que aquilo que recebe, que é aquilo que se pretende, para termos contas certas e saudáveis. -----

A dívida global subiu ligeiramente, 2,4% face ao ano de 2021, pela primeira vez, nos últimos anos sobe ligeiramente. O que aumenta é dívida a curto prazo que resulta da passagem da delegação de competências, forçada por parte do Governo para o município, que nos implica a assunção de compromissos plurianuais, como já aqui vieram por diversas vezes, e que implica esta pequena diferença. Há uma descida da dívida de médio / longo prazo, referente aos empréstimos bancários, sendo que não fizemos novos empréstimos bancários, o que quer dizer que, para o ano, se tudo decorrer de forma normal, voltamos, se não houver mais transferências de competências ou que nos venha a ser imposto, vamos continuar nesta senda, de manter esta dívida global a baixar cada vez cada vez mais. -----

As transferências para as freguesias continuam a ser feitas, transferências correntes, transferências de capitais, atingiram os 2,7 milhões de euros, em linha de conta os anos anteriores.---

Em conclusão, os resultados apresentados confirmam aquilo que temos vindo a dizer nos últimos anos e que também tínhamos chamado a atenção quando apresentámos as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023. Estamos, de facto, a reforçar a trajetória positiva das contas com a obtenção de resultados históricos, como, por exemplo, o resultado líquido de 6,3 milhões de euros, e o valor mais alto de sempre da poupança corrente, 15,3 milhões de euros. -----

Um aspeto a que damos especial atenção é o facto de metade dos recursos do município terem sido dirigidos às funções sociais, nomeadamente coesão social, à educação, à saúde, ao desporto.-----



Outro dado importante é a persistência de uma política de elevadas transferências para as juntas de freguesia, ou seja, cada vez mais apostando na capacidade das juntas de freguesia, de fazer obra e desenvolver alguns serviços que, em vez de serem feito pela Câmara Municipal podem perfeitamente ser feitos, e até com mais qualidade, pelas próprias juntas de freguesia.-----

Se fizerem uma análise dos impostos, nomeadamente o IMI que não subiu, ficando sempre abaixo dos limites impostos por lei. -----

Não é com entrada de dinheiro por via do IMI que houve o aumento de receita, o aumento de receita nota-se claramente através do Imposto Municipal de Transação (IMT), da Derrama, mesmo com o maior número de sempre de projetos de interesse municipal, com o maior número de sempre de abdicação, por parte da câmara, dos seus impostos, ou seja, Derrama, IMI, IMT, que atingiu valores históricos não dos 2 dígitos de investimento, mas de 3 dígitos, estando na ordem dos 160 / 170 milhões de euros por ano, de investimento privado e é isso que promove este dinamismo, é por aí que vem, de facto, um aumento de receita de impostos e que nos permite obter estes resultados que são amplamente positivos”.-----

Interveio na discussão a senhor António Sousa Soares, eleito enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda, tendo dito o seguinte: -----

“O documento pela sua extensão não pode ser analisado com profundidade que merece, pelos deputados da assembleia municipal, principalmente aqueles que só tem dois ou mesmo um eleito. Tendo em conta o prazo em que foi entregue, sabemos que foi, obviamente, dentro das normas legais, o facto de ser num curto período de tempo, dificulta muito a atividade fiscalizadora da Assembleia Municipal e esvazia a discussão acerca do documento. Um documento desta natureza deve ser apresentado atempadamente, apesar da legalidade, achamos que poderiam ter isso em conta, uma forma de valorizar, também, este órgão autárquico. -----

Relativamente ao documento, queria fazer aqui uma ressalva, principalmente, às prioridades em relação à Coesão Social, que é apresentada pelo senhor presidente, numa mensagem



inicial, mas depois não se traduz no relatório de contas, ficou ainda muito por fazer e confirma-se, por exemplo, na baixa execução dos compromissos apresentados, tendo em conta que ficou abaixo do valor previsto, por exemplo, uma das questões da Coesão Social, a tarifa social, nomeadamente a tarifa social da água, cuja sua execução se fixa nos 0,33%, comprovando a necessidade, que o Bloco de Esquerda, tendo vindo a dizer a esta assembleia municipal, da automatização desta tarifa. Esta proposta, quando apresentada na Assembleia Municipal, foi rejeitada pelo Partido Socialista e, continuamos a pedir que efetivamente seja uma realidade, porque está comprovado e é uma necessidade, o montante executado em 2022 foi apenas 416,00€, num total previsto para 2025 de 702.000,00€".-----

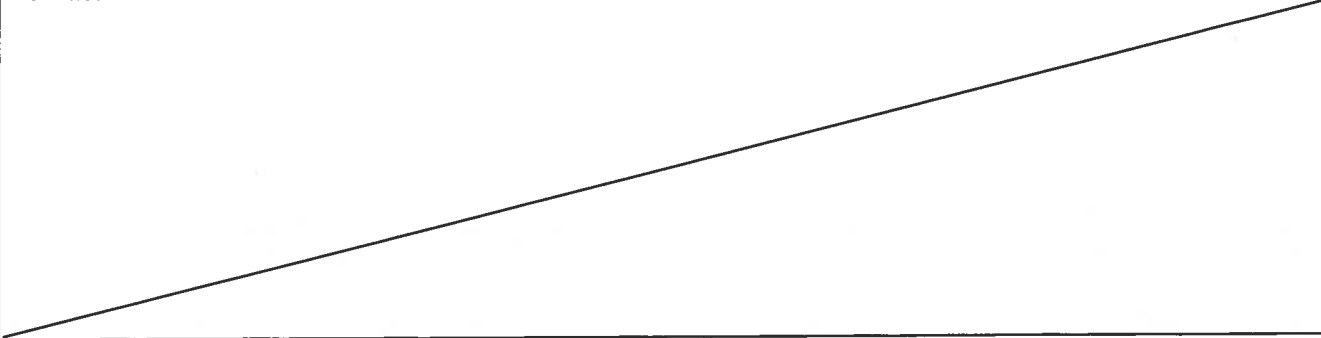
Seguidamente interveio na discussão a senhor António Jorge Pereira Ribeiro, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, tendo dito o seguinte: -----

“Os reparos que me suscita a este bem elaborado relatório de gestão são os seguintes: ---

- O elevado valor de muitas rubricas intituladas pelo determinante indefinido “outro” e “outras”, sem explicação nas notas informativas e quando a têm, com novas denominações vagas “outros”-----

- O aumento relativo dos gastos com deslocações e estadas e com despesa de representação que passaram de pouco mais de 100.000,00 €, em 2021, para mais de 700.000,00 €, em 2022”.-----

Seguidamente interveio na discussão a senhor José Maria Dias, eleito enquanto inscrito na lista do Partido Socialista, foi feita a seguinte intervenção, que consta das subseqüentes cinco de folhas:-----





ORDEM DO DIA | PONTO 3

DECLARAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2022

A análise que a bancada do Partido Socialista faz aos documentos submetidos pelo executivo à Assembleia Municipal, para discussão e votação, não foge à apreciação que temos vindo a fazer às contas do Município nos últimos anos, em especial aos exercícios de 2020 e 2021.

Não alteramos a nossa apreciação às contas de 2022 porque não há motivos, nos documentos analisados, para o fazer. Melhor dito: não alteramos a nossa apreciação porque as contas estão, genericamente, tão boas quanto as anteriores e também porque espelham, uma vez mais, as prioridades políticas para o ciclo autárquico 2021-2025.

Este é, portanto, o momento de toda a verdade, em que se compara o que foi previsionalmente orçamentado e o que foi realmente executado.

Boas notícias nos são trazidas pelo Relatório e Contas de 2022: **a taxa de execução do orçamento da receita** – aquele que realmente conta – **chegou aos 86 por cento**, um pouco abaixo face ao ano anterior, com explicação nas comparticipações financeiras por via de projetos cofinanciados.



ORDEM DO DIA | PONTO 3

Outra boa notícia: **o Município chegou ao fim do exercício com um saldo positivo de 6,3 milhões de euros**. Como já vem sendo hábito, aliás. Mas parece que alguns não querem ler – perdão, ver –, provavelmente porque o documento é extenso e denso.

Apesar de extenso e denso – ou não estivesse em causa o exercício de um ano económico de um Município –, o relatório apresenta mesmo um resultado económico muito semelhante ao obtido no ano de 2021, **o que demonstra**, se dúvidas ainda pudessem pairar, **um esforço no sentido de robustecer as contas municipais**.

Não é “fake news” – é mesmo outra boa notícia apresentada nos documentos oficiais: **em 2022, a poupança corrente atingiu valores históricos, na ordem dos 15 milhões de euros**, cuja tendência verificada reforça aquilo que temos vindo a dizer nesta Assembleia: se a gestão não fosse responsável, rigorosa e equilibrada, o Município não estaria a receber mais do que aquilo que gasta.

E também não estaria a caminhar para uma sólida situação económico-financeira, em resultado de uma combinação entre **pragmatismo**, face ao momento pelo qual está a atravessar o mundo, em geral, e a Europa, em particular, e **ambição**, em resposta ao compromisso político que a população sufragou.



ORDEM DO DIA | PONTO 3

Não é desculpa, nem subterfúgio. É mesmo público e notório: **há um conflito às portas da Europa. E, sim, o conflito na Ucrânia teve impacto nas contas**, assim como o teve, naturalmente, a pandemia.

Teve impacto nas nossas contas e também nas de outros Municípios – o que já deve ser do conhecimento daqueles que nos comparam com outros apenas quando dá jeito. Teve – e tem – impacto no País. E teve – e continua a ter – impacto na Europa, ainda que em dimensões diferentes.

Sim, fruto também do conflito na Ucrânia, a inflação em Portugal atingiu os 8,1% no ano de 2022 – há 30 anos que não se via nada igual.

Sim, fruto também do conflito na Ucrânia, verificou-se um aumento do custo das matérias-primas.

E, sim, fruto também do conflito na Ucrânia, houve – e ainda há – escassez de mão de obra.

Tudo isto teve, naturalmente, impacto nas contas do Município, desde logo, **numa tão natural quanto generalizada desaceleração em matéria de execução dos fundos comunitários.**



ORDEM DO DIA | PONTO 3

Ao contrário do que alguns querem fazer parecer, o ano de 2022 foi um ano exigente. Não tão exigente quanto os anos da pandemia, mas, ainda assim, muito exigente, porque os efeitos do conflito fizeram sentir-se precisamente no ano em que o **Município assumiu novas responsabilidades no âmbito da delegação de competências no domínio da Educação** – por exemplo, só no quadro de pessoal, são mais 321 trabalhadores vindos das escolas.

O que é de assinalar, do nosso ponto de vista, é que, num ano tão exigente, foi possível apresentar contas boas, positivas e sólidas e, ao mesmo tempo, manter as prioridades políticas estabelecidas, em áreas como a Coesão Social ou o investimento e o emprego.

O que é de assinalar, do nosso ponto de vista, é que os resultados alcançados não foram obtidos à custa das famílias ou das empresas.

Por muitas voltas que alguns queiram dar, há um dado que é irrefutável: as receitas por via dos impostos aumentaram apesar de as taxas praticadas pelo Município terem sido fixadas abaixo do limite máximo permitido por lei.



ORDEM DO DIA | PONTO 3

Como foi dito pelo executivo municipal, os impostos aumentaram, de facto, mas aumentaram por bons motivos. A bancada do Partido Socialista partilha exatamente da mesma opinião: ainda bem que a receita por via dos impostos aumentou: é sinal de que a atividade económica não abrandou.

Pelo contrário, cresceu, em especial num eixo estratégico do compromisso político assumido para com a população: o investimento e o emprego.

De todas as boas notícias – e são muitas – apresentadas no Relatório e Contas, há uma que, para a bancada do Partido Socialista, é a mais importante, e que, no fundo, sintetiza a apreciação positiva ao exercício de 2022: **ao crescimento do tecido empresarial e à melhoria das condições de vida da população**, a quem foram devolvidos rendimentos e distribuídos apoios sociais, **somam-se ainda ganhos em matéria de consolidação orçamental.**

Mais não pode pedir a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 27 de abril de 2023



VB

[Handwritten signature]

Seguidamente interveio na discussão a senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, tendo dito o seguinte: -

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Santo Tirso

Fernando Benjamim de Oliveira Martins



Santo Tirso, 27 de abril de 2023

Assunto: Ponto 3 da ordem do dia da sessão ordinária de 27 de abril de 2023
(Documentos de prestação e contas do ano de 2022 – Apreciação)

Exmos.:

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, digníssimos trabalhadores, público e comunicação social aqui presente.

Estamos perante o documento mais importante a ser discutido nesta Assembleia Municipal, a par das Grandes Opções do Plano.

Da análise ao documento, fica claro na prestação de contas do ano de 2022, de que tivemos uma execução fiscal de austeridade, aliás, como esta bancada já tinha vaticinado aquando da votação das grandes opções e do plano.

Uma execução de austeridade porque existia e existe folga orçamental que poderia e deveria ser usada a aliviar as dores das famílias e das empresas, contudo a maioria no executivo decidiu nada fazer.

Essa é, pelo menos, a convicção da bancada do PPD/PSD de Santo Tirso, onde se tem sempre em conta o respeito pelos cidadãos, pelas empresas, pelas instituições e pelas freguesias. A subida da inflação, não parece importunar este executivo, aliás, parece surfar bem nesta onda de empobrecimento, senão vejamos:

1. O grau da receita cobrada (86%), está no limiar das normas da DGAL, ou seja, superior a 85% - veja-se, a título de exemplo, municípios vizinhos, que atingem execuções na ordem dos 93%;
2. No que toca à execução da despesa, cumpre-nos informar que é das mais baixas de que há memória, uns míseros 75%.

3. Esta execução da despesa, lamentavelmente, leva ano após ano, a que os compromissos orçamentados e assumidos pela câmara municipal, transitem para o ano seguinte, sem se vislumbrar um motivo. Porquê, senhor Presidente?

- a. Será pela incapacidade de execução?
- b. Será por causa das burocracias administrativas?
- c. Será por causa da falta de recursos?

4. Em suma, uma péssima performance ao nível da execução orçamental das despesas – pelo que renovamos mais uma vez a questão, o que está a falhar Senhor Presidente?

Conclui-se assim, que com este método ou *modus operandi*, é fácil obter resultados económicos positivos. O saldo de gerência para o ano seguinte que é quase o dobro do ano anterior, pergunta-se também porque se retém tanto dinheiro aos contribuintes? É que o concelho tem tantas carências económicas e sociais e é função do executivo camarário em exercício responder às mesmas, usando os recursos financeiros de que dispõe, devolvendo aos contribuintes aquilo a quem de têm direito, dado terem cumprido com a sua parte na sua relação com quem os governa!

A câmara municipal, deixa também no documento que nos é apresentado, uma palavra para a população de Santo Tirso e para as freguesias de que vai dividir os resultados positivos e nós perguntamos como?

Será que vai ouvir o PPD/PSD e baixar impostos, permitindo um apoio direto às famílias, empresas e instituições e também aumentar as transferências para as juntas de freguesia, como é da mais elementar justiça?

O PS que quem governa esta Camara Municipal bem sabe que o “seu” orçamento não teve, nem tem em conta a galopante inflação que tem assolado o país e que afeta de igual modo toda a sociedade e em particular os nossos munícipes.

O PS que quem governa esta câmara municipal de Santo Tirso é o rosto da perda de receitas dos executivos das juntas de freguesia e de todos os munícipes, esquecendo-se de que deu um “presente envenenado” ao transferir competências para as juntas de freguesia, sem que estas tenham sido acompanhadas do respetivo envelope financeiro. Sim, é verdade, em alguns casos as verbas são manifestamente inferiores!

Veja-se a título de exemplo os casos de Vilarinho, Agrela, ou até Vila das Aves, onde as juntas de freguesia, perderam em alguns itens cerca de 50% das receitas, como por exemplo nas transferências de capital. Ou seja, terão muito mais trabalho com muito menos dinheiro.

Tudo isto tem um nome: dizer uma coisa e fazer outra!!!. Não se pode afirmar que as verbas transferidas para as juntas de freguesia são as mesmas do ano

passado, quando, por um lado diminuíram e por outro lado ainda se transferiram competências, ignorando a inflação.

Senhor presidente da câmara municipal, ao não inverter estas políticas, leva e levará á condução do Município de Santo Tirso a um empobrecimento ainda maior.

A propósito deste assunto, por estes dias, numa das muitas assembleias de Freguesia, ouvíamos uma presidente de junta, perante a respetiva assembleia e público presentes, afirmar que o senhor constrói casotas e nem se dá ao trabalho de dialogar com as juntas de freguesia. Todos sem exceção, afirmam nas assembleias, que as verbas são mais do que escassas e que cada vez são menores, passando a mensagem de que o Município não se cansa de verbalizar de vivemos tempos de contenção.

Daí que tenha chegado o momento para a coligação PPD/PSD.CDS/PP desafiar o presidente da câmara municipal a afirmar (sem tibiezas) perante todos os presidentes de junta aqui presentes, que o município teve um saldo positivo de 6,3 milhões de euros e que mantém ainda uma quantia em dinheiro vivo em instituições bancárias no valor de 16 milhões de euros! Repete-se, 16 milhões de euros!

A tudo isto, constatamos casos que não se entendem mesmo no plano racional, como por exemplo, na semana passada, para com a União Desportiva e Social de Roriz (Cujo subsídio anual deveria de ser de 20 mil euros, atendendo à igualdade de tratamento e à semelhança do que acontecesse com associações vizinhas e não 14 mil euros, como foi o caso). Que critérios são estes?

Isto não é melhor forma de critério e decisão política, quando se tem 16 milhões de euros em saldo à ordem.

Creemos que haverá uma estratégia, mas para quê? Para transformar a câmara municipal de Santo Tirso numa instituição financeira não será, seguramente!

Não se está a evidenciar a melhor gestão da coisa publica.

Também de lamentar no Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, em que o auditor ás contas nas suas bases para a opinião com reservas, entre outras, no seu ponto 3 refere: " o Município não terminou a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos Contratos de Concessão, e por esse motivo, desconhecemos o impacto que a sua conclusão poderá provocar nas demonstrações financeiras", o que implica colocar em causa no mínimo 2 Princípios : o da transparência e o da previsibilidade.

Termina-se, com um último reparo, não compreende esta bancada que se premeie com subsídios uma empresa do concelho, quando consta da lista de devedores da câmara municipal de Santo Tirso. Á Camara Municipal e ao presidente da câmara municipal, exige-se que esteja mais tempo atento à sua gestão.

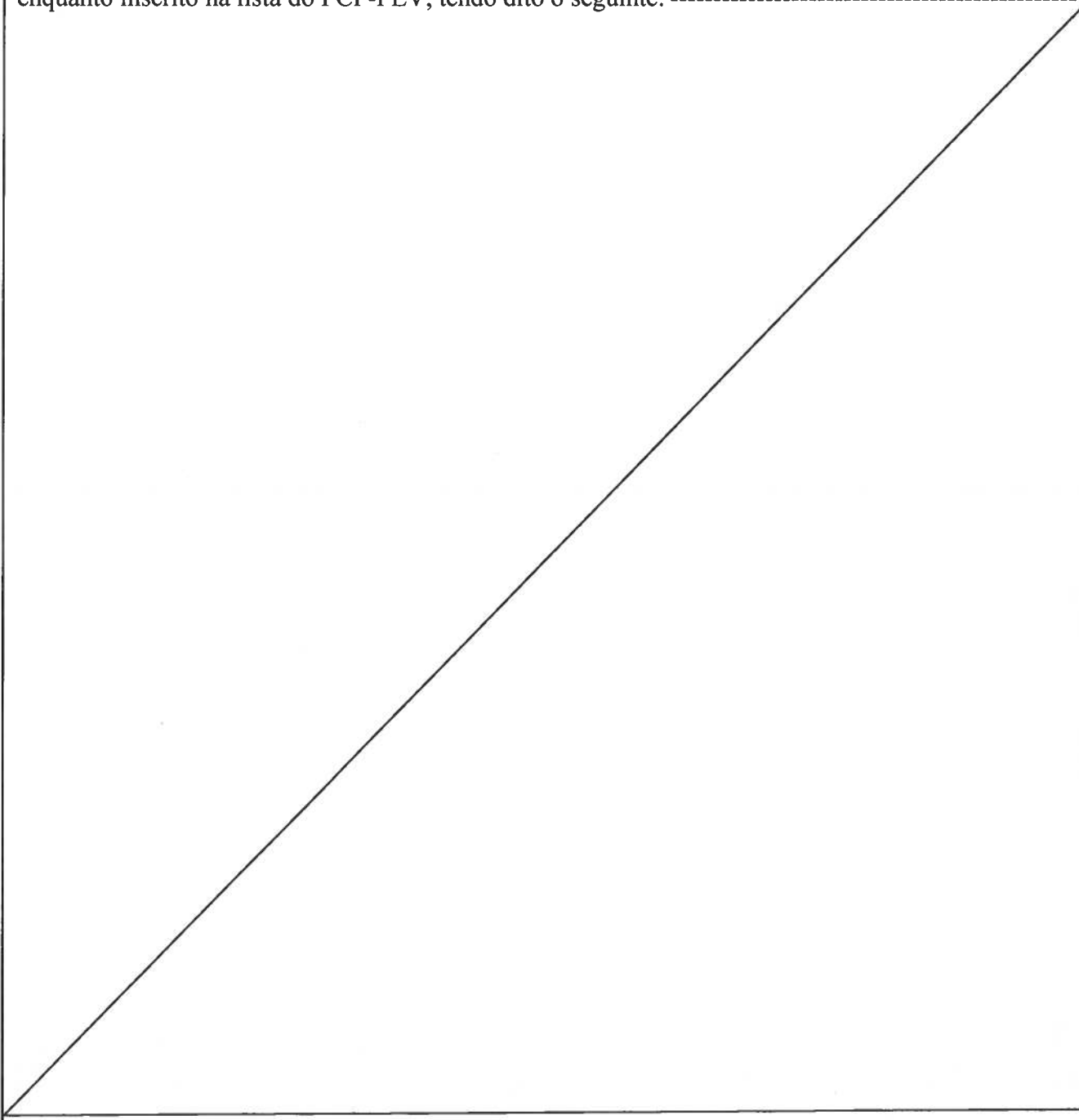
Assim, a bancada do PPD/PSD-CDS/PP, terá de Votar Contra a Prestação das Contas de 2022.



A bancada eleita pela coligação PPD/PSD.CDS/PP,



Seguidamente interveio na discussão a senhor João Carlos Fernandes Ferreira, eleito enquanto inscrito na lista do PCP-PEV, tendo dito o seguinte: -----



CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

ORDEM DO DIA | PONTO 3

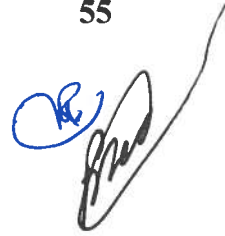
Deixando a análise técnica para os Revisores Oficiais de Contas, a esta Assembleia cabe a apreciação do Relatório e Contas, e, por isso, há que fazer uma análise política sobre a forma como o dinheiro do município foi gasto.

O relatório e contas do ano de 2022, espelha a opção política do PS dos últimos dois anos, designadamente a manutenção de saldos orçamentais elevados e incompreensíveis, especialmente quando, por um lado, a maioria dos tirsenses se confronta com o aumento de custo de vida e, por outro, impera a necessidade de inverter o nível de declínio populacional e de estagnação que tem marcado a vida do nosso concelho.

O PS celebra o facto de ter alcançado o saldo orçamental mais alto de sempre, designadamente de 6,3 milhões de euros (face aos 6,1 milhões de euros de 2021). Saldo esse que, sendo bem aplicado, poderia contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida dos tirsenses, especialmente dos mais desfavorecidos.

Obviamente que ter a situação das finanças locais saudáveis é fundamental - ninguém dirá o contrário – mas a CDU não se basta com o facto de o Município ter as contas certinhas e equilibradas, ou de bater recordes de poupança corrente, sobretudo quando no nosso concelho inexistente uma rede de saneamento plena, centenas de pessoas aguardam por uma habitação e observa-se uma carência de equipamentos sociais básicos, só para citar alguns exemplos.

Acresce que, não podemos deixar de realçar pela negativa o baixo grau de execução na rubrica “*aquisição de bens de capital*”, que inclui a realização de investimentos e obras públicas, com uma taxa de execução de apenas 49,17%. Sendo que observando atentamente o Plano Plurianual de investimentos e a sua execução, concluímos que são áreas como as Funções sociais e a Acção social, que tem um menor grau de execução.

**CDU** COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Fica-se, assim, muito longe das opções que se impõem para responder aos problemas com que a população está confrontada. Sendo certo que havia e há margem orçamental para dar resposta a essas necessidades.

Assim, a CDU irá votar contra este ponto de prestação de contas.

CDU de Santo Tirso

João Fernandes Ferreira



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Seguidamente o senhor presidente da câmara usou da palavra para responder às intervenções anteriores, tendo dito o seguinte: -----

“Relativamente à intervenção do senhor deputado António Soares, do Bloco de Esquerda, é como tudo “o copo meio cheio ou o copo meio vazio”, uns acham que não fazemos nada, outros acham que fazemos muito, o que continuamos é, de facto, conforme disse, com mais de 50% na aposta nas funções sociais, também serve para responder aos outros comentários, nomeadamente ao senhor deputado João Ferreira, que temos saldos positivos, temos contas positivas, é um facto, mas também não deixámos de dar estes apoios sociais, ou seja, não houve ninguém que ficasse sem os apoios sociais devidos, nesta altura, provavelmente, de dificuldades e que, naturalmente, com os reforços necessários para esses mesmos apoios. -----

Quanto à questão dos reparos do senhor deputado António Jorge Ribeiro do PSD, relativamente às rubricas de “outro” e “outros”, provavelmente, há de ser algo imposto, mas nas notas finais também iremos tomar em consideração aquilo que foram os reparos que fizeram. -----

Sem grande comentário às palavras do Senhor deputado José Dias do Partido Socialista, vem em linha de conta com o nosso pensamento.-----

Quanto à questão do senhor deputado José Pedro Miranda, é normal que tenha opinião diferente, já algum tempo que se nota essa divergência, essa diferença de opinião, sei que custa e percebo a tentativa de nos colocar contra as juntas de freguesia, não vai pegar. -----

Reunimos mensalmente, com as juntas de freguesia, para que saibam, e discutimos esse assunto, esses problemas, como casas, casotas, seja o que for, mas de facto, continuam a trabalhar, a trabalhar bem. Ainda hoje falar com um presidente de junta que me dava de opinião, maior transferência numa determinada área, que eu acho que é possível fazer-se e, portanto, vamos continuar a fazê-lo, não me parece que seja assim que vão lá chegar às juntas de freguesia. -----

Depois a questão do moral, o PSD vir falar aqui de apoio às famílias, quando foi nesta assembleia que votaram contra o IMI familiar, acho fantástico o PSD falar nisso, falar nos apoios às



famílias, mas pronto é o que é, é política, são opiniões. -----

Dar um pequeno reparo, se temos esta capacidade financeira, se quisermos fazer as obras, acho que é notório, é visível, é público, que temos tentado fazer obras e que cujo os concursos ficam vazios e que, paulatinamente vamos subindo os preços das empreitadas e, mesmo assim, eles vão ficando vazios.-----

Estou convicto que agora, aparentemente, pelo menos daquilo que vejo, do próprio mercado, não é um problema só do município de Santo Tirso, é um problema de Santo Tirso e dos outros municípios e que, finalmente, se possam concluir essas obras.-----

Dizer que, tive o cuidado de fazer a comparação com os outros municípios e tentei perceber, repare alguns têm uma taxa de execução de receita de 100,2% e 104% e então percebi, se fizesse o mesmo cálculo, que é incluir o saldo de gerência bem, devo dizer também ficava perto de 100%, mas normalmente tendo a fazer as contas de forma muito direta e transparente, para não andar a enganar ninguém, portanto, comparamos sempre aquilo que é comparável. -----

Percebo o desnorte o senhor deputado hoje, não sei porquê, aliás, bem notório na declaração de voto inicial, em que uns votam de uma maneira e outros votam de outra e depois faz uma declaração em nome de todos, já percebi que hoje não deve ser os seus dias, mas isso nota-se ainda de sobremaneira quando vem falar de critérios, vem falar de critérios da União Desportiva Social de Roriz, nem lhe vou perguntar de onde é que isso veio.-----

Não sou eu que sou penetra nas festas, vou porque sou convidado. -----

Quanto a critérios, que critério tem o PSD? Então não propôs o aumento para nenhuma outra associação, só pediu para Roriz, na reunião de câmara, isso é critério? vá-se lá perceber porquê, se calhar por algum grau de relacionamento, já que senhora deputada gosta muito dos graus de relacionamento, entre quem está a fazer as coisas de um lado, vá-se lá ver os graus de relacionamento em quem está nas instituições e quem está na política, nessas mesmas freguesias e se calhar, entenderam melhor, porque é que só foi em Roriz que o PSD queria, mais dinheiro para o efeito. É o



PSD ao qual estamos habituados, a fazer propostas, mesmo em reunião de câmara, de forma tendenciosa, sem se preocupar com cabimento orçamental, que é necessário para o devido efeito”. ---

Após a discussão atrás referida, a assembleia municipal deliberou, nos termos do disposto na alínea 1) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apreciar favoravelmente os referidos documentos de prestação de contas, com trinta e um votos a favor, e dez votos contra, sendo seis votos contra dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, dois votos contra dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do Bloco de Esquerda, um voto contra do membro eleito enquanto inscrito na lista do PCP e um voto contra do membro eleito enquanto inscrito na lista do CHEGA .-----

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 8 Fl. 11
20 de abril de 2023

3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022 - APROVAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de treze do corrente mês de abril, registada com o número três mil seiscientos e vinte e quatro, a remeter os documentos em título, dos quais se juntarão cópias à ata da presente reunião e dela ficarão a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, que é composto por oitocentas e sessenta e uma folhas. -----

O referido documento, que será anexo à ata, fica desde já rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

Após análise e discussão dos referidos documentos, o senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse aprovar os documentos de Prestação de Contas do município relativos à gerência do ano de dois mil e vinte e dois, e remeter à assembleia municipal para apreciação, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal. -----

No momento da discussão, o senhor vice-presidente fez uma pequena apresentação de alguns aspetos relativos à Gerência de dois mil e vinte e dois, tendo referido o seguinte: -----

“O exercício de 2022 está em traços gerais em linha com os resultados apresentados nos últimos 3 anos económicos, 2020, 2021 e 2022. A consolidação das contas do município é fruto de uma gestão assente em três princípios, responsabilidade, rigor e confiança, quer da população em geral quer dos agentes económicos institucionais e ainda dos presidentes de junta. -----

A taxa de execução orçamental atingiu os 81% e pelo terceiro ano consecutivo fica acima dos 80%. A taxa de execução da receita foi de 86%, que embora ligeiramente mais baixa do que em 2021, ainda assim é uma taxa elevada. E a razão da descida prende-se com a redução das participações financeiras de projetos cofinanciados. A taxa de execução da despesa foi de 75%, muito semelhante à taxa de 2021, que foi de 76%. -----

No que se refere ao resultado económico, verificou-se um saldo positivo de 6,3 milhões de

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 8 Fl. 12
20 de abril de 2023

12

euros, mais 200.000 euros do que no ano anterior e é o melhor resultado económico de sempre do município de Santo Tirso. Do lado dos custos verificou-se um aumento, face a 2021, de 4,3 milhões de euros nos gastos com pessoal, fruto da transferência de competências para o município no domínio da educação, que implicou transferência de trabalhadores, assistentes operacionais e assistentes técnicos, e contratação de professores para desenvolvimento de atividades de enriquecimento extracurricular. Verificou-se também um aumento da despesa com fornecimento de serviços externos, também fruto da transferência de competências, designadamente a despesa resultante dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com os Agrupamentos de Escolas. Do lado dos proveitos verificou-se um aumento, face a 2021, de 5 milhões de euros referente a transferências do Estado relativamente à transferência de competências, e um aumento de 931.000 euros das comparticipações recebidas por via dos fundos comunitários. -----

A poupança corrente atingiu o valor mais alto de sempre, de 15,3 milhões de euros, que foram transferidos para despesas de capital. Mantém-se assim a tendência verificada a partir do ano de 2019 quando o município teve uma poupança de 10,4 milhões de euros, em 2020 foi de 11,8 milhões e em 2021 foi de 12 milhões de euros. Assim os resultados apresentados reforçam aquilo que temos vindo a dizer - o município continua a gastar menos do que aquilo que recebe. -----

A dívida global subiu ligeiramente - 2,4% face a 2021. Esta subida resulta de compromissos assumidos com a descentralização de competências, quer nas juntas de freguesia, quer com a celebração de contratos interadministrativos no domínio da educação. A dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores aumentou em cerca de 900.000 euros, passou de 5,4 para 6,3 milhões de euros, o que também resulta de encargos relativos à descentralização de competências. Há uma descida da dívida de médio longo prazo, referente aos empréstimos bancários, que passou de 16,8 para 16,4 milhões de euros, portanto menos 380.000 euros. É uma interrupção, sem significado, de três anos consecutivos a reduzir a dívida global. De referir que o nível de endividamento do município representa apenas 40% do valor total legalmente permitido. -----

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 8 Fl. 13
20 de abril de 2023

Relativamente às transferências para as freguesias, as contas de 2022 confirmam mais uma vez o compromisso político assumido pelo executivo municipal de transferir para as freguesias verbas mais elevadas, em transferências correntes e de capital. Em 2022 foram transferidos 2,7 milhões de euros, praticamente o mesmo valor do ano de 2021.-----

Podemos concluir aqui que os resultados apresentados confirmam aquilo que temos vindo a dizer nos últimos anos e para o que também tínhamos chamado a atenção quando apresentámos as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023. Estamos, de facto, a reforçar a trajetória positiva das contas com a obtenção de resultados históricos, como por exemplo, o resultado líquido de 6,3 milhões de euros, e o valor mais alto de sempre da poupança corrente, 15,3 milhões de euros, valor esse que não foi gasto em despesa corrente, mas aplicada em investimento. -----

Um aspeto a que damos especial atenção é o facto de metade dos recursos do município terem sido dirigidos às funções sociais, nomeadamente coesão social, à educação, à saúde, ao desporto.

Outro dado importante é a persistência de uma política de elevadas transferências para as juntas de freguesia. Diga-se o, que se disser, os números não mentem, nunca as freguesias receberam da câmara municipal montantes tão elevados – 2/3 dos orçamentos das juntas de freguesias são transferências feitas pelo município. -----

Realçamos também que as contas demonstram ainda a capacidade do executivo em cumprir os compromissos assumidos: -----

- As famílias tiveram de devolução de rendimentos e apoios sociais; -----
- As empresas tiveram melhores condições para crescer, por via do alívio da carga fiscal e outras optaram por se instalar em Santo Tirso devido às condições de atração de investimento; -----
- Pese embora não ter sido possível atingir os valores do de 2021 o município ainda assim conseguiu demonstrar uma missão infraestrutural traduzida num investimento de cerca de 8 milhões de euros, investidos por via do PPI. -----

Se os resultados de 2022 são claramente positivos também se deve ao trabalho, ao esforço

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

desenvolvido pela população de Santo Tirso e aos agentes económicos institucionais e, naturalmente, aos presidentes das juntas de freguesia. -----

Fico disponível para a prestação de outros esclarecimentos adicionais.” -----

Não tendo sido solicitado qualquer esclarecimento sobre os documentos de prestação de contas relativos a 2022, o senhor vice-presidente colocou os mesmos à votação. -----

Os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022 foram aprovados por maioria, com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, que fizeram a declaração de voto que seguidamente se junta à presente ata. -----

Votaram contra os senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a declaração de voto que consta de folhas dezoito desta ata. -----

ORDEM DO DIA | PONTO 3

15

DECLARAÇÃO DE VOTO**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2022**

Apresentado no mês de abril para apreciação da população de Santo Tirso, do executivo e da Assembleia Municipal, o Relatório e Contas é o documento demonstrativo, por natureza, da realidade económico-financeira do Município e da execução do programa político sufragado para o ciclo autárquico.

É o documento da imagem real do Município, em termos contabilísticos, financeiros e, naturalmente, políticos.

Para os vereadores do Partido Socialista, qualquer que seja o prisma da análise ao exercício de 2022, a conclusão é a mesma: a realidade é, de facto, significativamente positiva.

É significativamente positiva não tanto pelos resultados históricos apresentados nalguns dos indicadores económico-financeiras, mas, acima de tudo, porque reflete, de forma sustentável e estruturada, um rumo assumido e a ser trilhado ano após ano: o da consolidação das contas municipais.

ORDEM DO DIA | PONTO 3

A principal ilação a tirar dos documentos apresentados é, portanto, a continuidade da trajetória positiva das contas e, mais importante ainda, do projeto político em curso até 2025, projeto, esse, que não sofreu desvios, mesmo em tempos particularmente difíceis, porque soubemos ser prudentes no lado da receita e também disciplinados na ótica da despesa.

A linha vermelha que sempre colocámos foi a de não abdicarmos das prioridades políticas que havíamos estabelecido no início do mandato, nomeadamente as relacionadas com a Coesão Social, à cabeça, e com a captação de investimento.

Por isso, para nós, vereadores do Partido Socialista, verdadeiramente importante é os resultados positivos apresentados na prestação de contas terem sido alcançados – uma vez mais, o que significa sustentabilidade – ao mesmo tempo que as famílias tiveram devolução de rendimentos e apoios sociais e as empresas tiveram condições para crescer, por via do alívio da carga fiscal – foram mais cerca de dois milhões de euros distribuídos pelas famílias e pelas empresas – e, no caso das empresas, mais três milhões de euros em benefícios fiscais através dos Projetos de Interesse Municipal.

Dir-se-á sempre – como se tem vindo a dizer no momento da apresentação das contas do exercício – que a receita por via dos impostos aumentou. O que nós dizemos, também por ser verdade, é que aumentou por bons motivos: crescimento – e não abrandamento – da atividade económica, como se verifica nos documentos, em especial nas rubricas da Derrama e do IMT.

ORDEM DO DIA | PONTO 3

Por fim, se este é o momento de comparar aquilo que foi previsionalmente apresentado nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 e aquilo que foi executado, os números – por definição, sempre mais objetivos e insuscetíveis a manipulações ou ambiguidades – mostram que as taxas de execução estão em sintonia com a trajetória verificada nos últimos anos: 86% no lado da receita cobrada e 75% no lado da despesa paga.

Portanto, sem desvios. Como as políticas.

Em face do exposto, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022.

Santo Tirso, 20 de abril de 2023

18

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

Dr. Alberto Costa



Santo Tirso, 20 de Abril de 2023

Assunto: Ponto 3 da ordem do dia da reunião ordinária de 20 de Abril de 2023

(Documentos de aprovação de contas do ano de 2022)

Atendendo a que o país (aparentemente) já respira sem ter que pensar na famigerada doença da Covid-19 e que já houve há muito o retorno à chamada "vida normal" é de espantar que o município de Santo Tirso apresente um *superavit* no ano de 2022.

O relatório e contas em apreço, espelha a execução orçamental de um documento aprovado em 2021 para vigorar, como já se disse, no ano de 2022.

Mas, após a análise do mesmo (apesar de muito extenso em curto espaço de tempo), entendem os vereadores eleitos pela coligação PPD/PSD-CDS/PP, que a execução orçamental da despesa, ficou aquém dos 75%, pelo que 1/4 do orçamento não foi executado, sem que haja uma explicação cabal para tal resultado.

Aliás, como vem sendo hábito, constata-se que muito ficou por realizar.

Por conseguinte, e em função do que já se expressou, os vereadores eleitos pela coligação PPD/PSD.CDS/PP, votam contra este ponto de aprovação e prestação de contas.

Os vereadores da coligação PPD/PSD.CDS/PP,



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

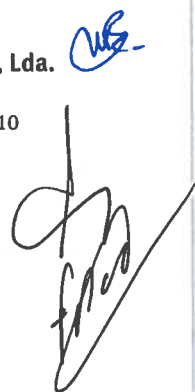
Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 230 891 681,04 euros e um total de património líquido de 205 040 242,82 euros, incluindo um resultado líquido de 6 350 710,86 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1. a 3. na seção “Bases para opinião com reservas” e exceto quanto ao efeito da matéria descrita no ponto 4. da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. O Município reajustou em 2015 o enquadramento de alguns bens do Imobilizado tendo por base o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), passando a adotar, a partir desse exercício, novas taxas de depreciação. Não obstante o Município ter reajustado em 2020 a vida útil dos seus edifícios e outras construções de acordo com as orientações previstas na Portaria nº 189/2016 de 14 de julho, as depreciações acumuladas e os subsídios de capital associados a esses bens não foram recalculados e desconhecemos se existirão outros bens cujo enquadramento deva ser revisto.



A nível do cadastro de inventário, destacamos o facto do levantamento do património mobiliário ter sido entregue a uma entidade externa. As conclusões estão a ser analisadas e ainda não foram objeto de registo contabilístico.

Relativamente ao levantamento do património imobiliário, incluindo a análise específica à sua titularidade, o mesmo encontra-se em curso e ainda sem previsão de conclusão, tendo sido adjudicada uma entidade externa para prestar apoio no processo de valorização.

Em 01-04-2022 efetivou-se a delegação de competências na área da educação nos termos do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, prevendo o nº 4 do art.º 62º a transferência automática dos imóveis conforme relação que consta do anexo I a este diploma. Exceto relativamente ao Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos (que engloba a Escola Básica da Ponte), que já faz parte integrante do cadastro de Inventários do Município, os restantes imóveis não foram objeto de inventariação e relevação contabilística e encontra-se pendente formalizar a alteração de titularidade na Conservatória do Registo Predial.

Na rubrica Ativos Fixos Tangíveis, encontra-se pendente a identificação dos montantes a crescer, pagos até 31-12-2022 às Freguesias no âmbito da delegação de competências, referentes a obras de grande reparação, sempre que o ativo subjacente pertença ao Município. Assim, não nos é possível antecipar as conclusões das situações acima referidas e consequentemente qual o seu impacto nas demonstrações financeiras.

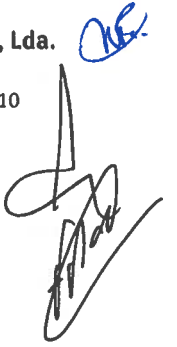
2. A conexão entre os subsídios de capital e os bens subsidiados revelou em 2022 e em exercícios anteriores deficiências, uma vez que não foi possível confirmar o registo contabilístico dos contratos celebrados com as entidades financiadoras numa ótica patrimonial, o que limita o controlo dos montantes por receber.

Também não foi elaborado um mapa de controlo que permita validar o montante pendente na rubrica Outras Variações no Património Líquido – Transferências e Subsídios de Capital em 2022, nem validar o montante transferido para rendimentos no período, à semelhança do ocorrido em exercícios anteriores.

Conforme referido no parágrafo 1. acima, não obstante o Município ter reajustado em 2020 as depreciações do período e acumuladas dos seus edifícios e outras construções de acordo com as orientações previstas na Portaria nº 189/2016 de 14 de julho, não foram recalculados os subsídios de capital tendo em consideração a nova vida útil associada a esses bens.

Assim, não nos é possível quantificar qual o efeito que estas situações poderão provocar no Ativo e no Património Líquido do Município, incluindo os eventuais efeitos no resultado líquido do período.

3. O Município não terminou a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão, e por esse motivo, desconhecemos o impacto que a sua conclusão poderá provocar nas demonstrações financeiras.



4. Conforme se encontra divulgado nos pontos 15 e 18 do Anexo às demonstrações financeiras, o Órgão Executivo reapreciou no exercício de 2013, os assuntos pendentes relacionados com a criação do Município da Trofa e com as suas repercussões nas contas do Município de Santo Tirso.

Não obstante não ter sido concluído o acordo de partilha, o Executivo decidiu, com base na legislação aplicável e com base em pareceres emitidos pela DGAL e pela CCDRN, proceder à identificação das verbas que considera serem devidas pelo Município da Trofa, relacionadas com dívidas a fornecedores, financiamentos e juros.

Foram ainda consideradas as dívidas resultantes do protocolo de colaboração celebrado com a Comissão Instaladora do Município da Trofa, de que resultou um acréscimo do ativo e dos fundos próprios no montante de 11.750 milhares de euros.

Continuam pendentes processos judiciais e na ausência de acordo e/ou sentença final que confira ao Município o direito ao recebimento dos valores contabilizados, consideramos que o Ativo e os Fundos Próprios estão sobreavaliados naquele montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras matérias

Conforme se encontra divulgado na nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras, o Município registou na conta de resultados transitados o montante de cerca de 560 milhares de euros referente a subsídios à exploração recebidos em 2022 mas relacionados com gastos realizados em exercícios anteriores e procedeu à reexpressão dos comparativos de 2021 no balanço e na demonstração dos resultados.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;

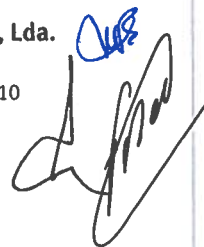
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 59 198 178,89 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 45 490 399,44 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1. a 3. na seção “Bases para opinião com reservas” e exceto quanto ao efeito da matéria descrita no ponto 4. da mesma secção, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido no ponto 17 do Relatório de Gestão, o Município não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Porto, 20 de abril de 2023



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:
José Augusto Silva Mendes, ROC nº 473
Registado na CMVM com o nº 20160155



PARECER

Nos termos da al. e) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de Vossas Exas. o nosso Parecer sobre as contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pelo **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO** de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

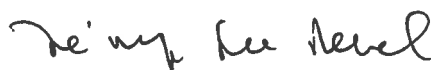
No âmbito das nossas funções, procedemos ao acompanhamento da atividade desenvolvida pelo Município, verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte. Verificámos também o cumprimento das normas legais, tendo recebido do Executivo Municipal e dos diversos Serviços as informações e os esclarecimentos que entendemos adequados.

No âmbito das competências que nos estão atribuídas elaboramos um relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º semestre de 2022.

Examinámos os documentos de prestação de contas e revimos o Relatório de gestão reportados a 31 de dezembro de 2022. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, na qual expressamos uma opinião com reservas.

Face ao exposto, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1. a 3. na seção "Bases para opinião com reservas" e exceto quanto ao efeito da matéria descrita no ponto 4. da mesma secção, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo "Sobre o Relatório de Gestão" da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras, a execução orçamental e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições legais, pelo que poderão ser submetidas à deliberação da Assembleia Municipal.

Porto, 20 de abril de 2023



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:
José Augusto Silva Mendes, ROC nº 473
Registado na CMVM com o nº 20160155



[Handwritten signature]

Pelo senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos contra pelas razões que nós aludimos, a título de exemplo, perguntamos, exemplificamos uma organização, perguntamos quais eram os critérios. -----

E em relação ao estado de espírito, não vou comentar, nem da minha parte ainda sua parte, Presidente”.-----

Pelo senhor José Miguel das Neves Vieira, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do Partido Socialista, foi feita a seguinte declaração de voto: -----

[Large diagonal line crossing out the remaining text area]



ORDEM DO DIA | PONTO 3

DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2022

A bancada do Partido Socialista **votou favoravelmente o Relatório e Contas do exercício de 2022** por duas principais razões, que enumeramos muito sucintamente:

PRIMEIRA. Num ano que foi tudo menos fácil, o exercício chegou ao fim com um saldo positivo. Num ano marcado por dificuldades e constrangimentos provocados pela inflação ou pela revisão extraordinária de preços em matéria de investimentos em curso, a poupança corrente atingiu o resultado mais alto de sempre. Num ano vivido sob o signo da incerteza, a taxa de execução do orçamento da receita chegou aos 86%. As contas mostram, portanto, que o orçamento para o ano de 2022 foi elaborado com rigor, responsabilidade e também prudência.

SEGUNDA. Mais importante ainda do que os resultados económicos, as contas também demonstram que o rumo das políticas traçado no início do ciclo autárquico não tem sofrido mudanças de direção. O que, para a bancada do Partido Socialista, é razão bastante para votar favoravelmente as contas e para reafirmar o voto de confiança a um executivo municipal que não desiste, em tempos tão difíceis como aqueles que temos vivido, de cumprir o compromisso político que tem para com a população.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 27 de abril de 2023



[Handwritten signature]

4. ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO - SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. -----

Presente a deliberação da câmara municipal de vinte do corrente mês de abril, da qual se anexa cópia à presente ata, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

Anexa à presente ata da sessão cópia da minuta de Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências na Área Metropolitana do Porto, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve intervenções sobre este assunto. -----

A assembleia municipal deliberou aprovar a aludida minuta de Adenda e autorizar a sua celebração. -----

A presente deliberação foi tomada por maioria, com trinta e oito votos a favor, e três abstenções, sendo duas abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do Bloco de Esquerda e uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PCP/PEV. ---



4. ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO - SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.-----

Presente email da Área Metropolitana do Porto, de treze do corrente mês de abril, registado no sistema de gestão documental do município com o número sete mil oitocentos e vinte e três, a remeter minuta de Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências do município na Área Metropolitana do Porto, relacionado com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, celebrado no dia um de abril de dois mil e dezasseis, cuja minuta foi aprovada por deliberação da assembleia municipal de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis (item oito da respetiva ata), posteriormente alterado por Adenda aprovada pelo mesmo órgão deliberativo em sessão de dois de dezembro de dois mil e dezanove (item quatro da respetiva ata), retificada por deliberação do mesmo órgão de vinte e seis de junho de dois mil e vinte (item quinze da respetiva ata), ao qual foi celebrada nova Adenda, conforme deliberação da assembleia municipal de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois (item dezoito da respetiva ata). -----

Com a celebração do aditamento ao contrato pretende-se estabelecer a metodologia para a definição conjunta da forma de repartição dos encargos gerados para a AMP com a execução do Contrato de Serviço Público. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Mobilidade e Transportes, conforme informação de treze do corrente mês de abril, registada com o número três mil seiscentos e quarenta e um. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a proposta de minuta de Adenda ao aludido contrato interadministrativo de delegação de competências e, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, remeter a mesma para a assembleia municipal para aprovação e autorização da sua celebração.-----



[Handwritten signatures in blue ink]

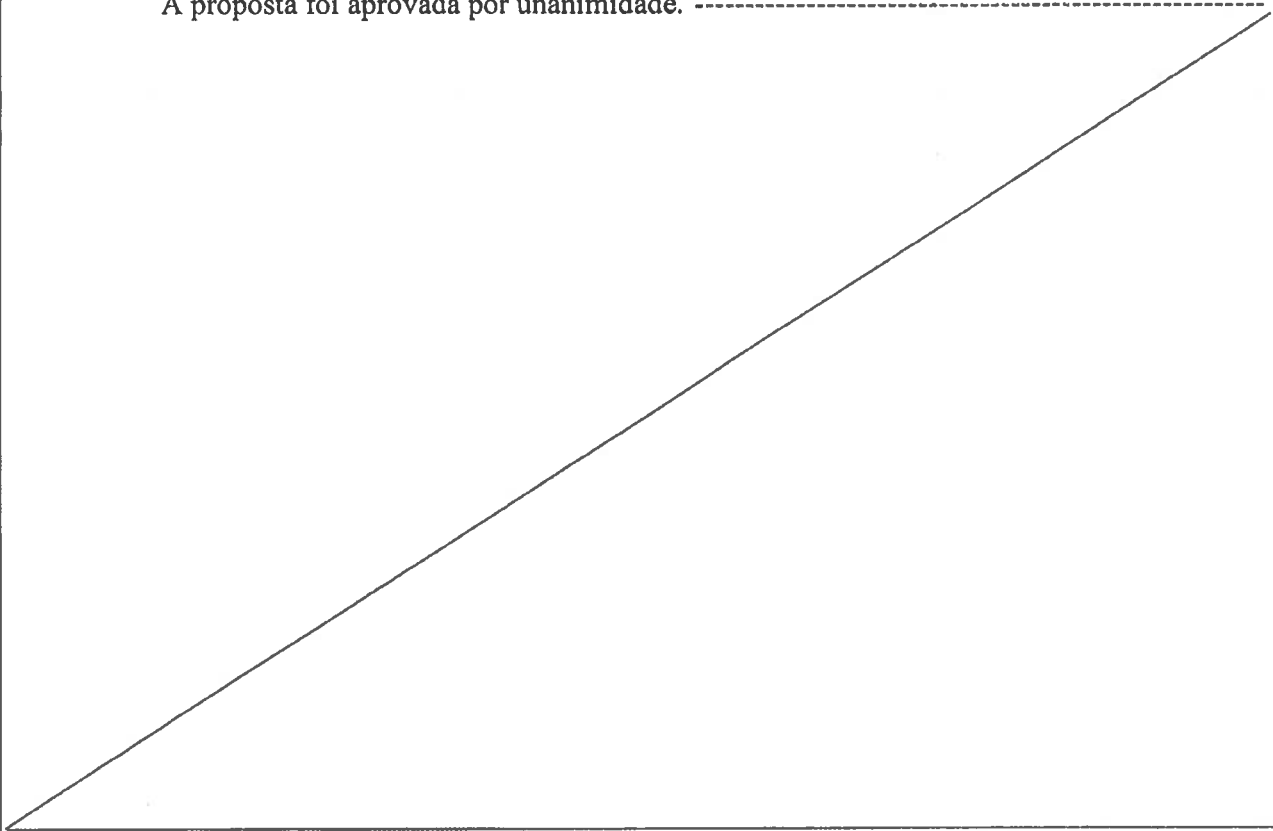
Da Adenda ao aludido contrato resultam encargos no montante estimado de 11.146,98 € (onze mil cento e quarenta e seis euros e noventa e oito cêntimos), com IVA incluído, relativamente ao ano de dois mil e vinte e três. -----

A despesa estimada resultante da celebração da Adenda ao contrato será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050104, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 620/2023, de 17 de fevereiro. -----

O compromisso relativo ao ano em curso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 356/2023, conforme documento de requisição externa de despesa número 646/2023, de 17 de fevereiro. -----

Junta-se cópia da minuta da referida Adenda à presente ata, que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----





Assembleia Municipal de Santo Tirso

5. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DE SANTO TIRSO – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

Presente, para discussão e votação, a deliberação tomada pela câmara municipal na sua reunião de vinte do corrente mês de abril, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas oitenta e cinco a noventa da mesma. -----

Usou da palavra o senhor presidente da câmara municipal para apresentação da proposta.

Interveio na discussão a senhora Ana Isabel Carneiro Gouveia Silva, eleita enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda, que a seguir se transcreve: -----

“Em relação aos contratos de serviço de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana no concelho de Santo Tirso. -----

Cara vereadora dos serviços de água saneamento e resíduos, Ana Maria Ferreira, como sabe, o Bloco de Esquerda defende que, para serviço básicos e essenciais este deve ser municipalizado, o que não é o que estamos a votar neste momento, mas sim o seu contrário. -----

Nas últimas décadas, temos assistido por parte deste município e até do Governo a um desinvestimento e desresponsabilização na prestação e melhoria destes serviços. Assim, estes serviços têm sido constantemente adjudicados, neste caso que assistimos nem é uma concessão, mas sim, uma prestação de serviços. -----

Sabemos que dados relativos à recolha de resíduos urbanos, os últimos dados do INE, indicam que, em mais de 32.000 toneladas recolhidas em 2019, a recolha seletiva é de pouco mais de 4.000 toneladas, sendo a restante recolha indiferenciada, o que é inaceitável, porque é muito caro, já que a taxa geral de resíduos incide, principalmente sobre a quantidade de resíduos indiferenciados. --

Assim, impõe-se uma significativa melhoria nesta situação, é essa a proposta do Bloco de Esquerda, acompanhado por uma redução da tarifa geral de resíduos e, portanto, deixamos aqui



Assembleia Municipal de Santo Tirso

algumas perguntas à senhora vereadora. -----

Está previsto que a recolha seletiva de resíduos vá aumentar? -----

O valor pago por esta prestação de serviços vem de onde, do orçamento municipal ou das tarifas aplicadas aos munícipes? -----

Estas tarifas vão se manter, aumentar ou como defende o Bloco de Esquerda, finalmente diminuir? -----

Num momento em que, o custo de vida aumenta para todas as famílias, seria um ato político, mais do que sensato, garantir que este novo contrato permita um alívio para todas as famílias. -----

Porque é que este contrato é para prestação de serviços e não uma concessão? -----

Não teria a Câmara Municipal capacidade para municipalizar este serviço essencial?" ----

Seguidamente interveio o senhor João Carlos Fernandes Ferreira, eleito enquanto inscrito na lista do PCP-PEV, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

De seguida interveio, novamente, o senhor presidente da câmara municipal para responder a algumas questões colocadas nas intervenções anteriores, tendo dito o seguinte: -----

“De forma generalizada relativamente às intervenções da senhora deputada Ana Isabel e do senhor deputado João Ferreira, percebemos claramente a questão do caderno de encargos, quanto à questão de omissão dos trabalhadores, isso decorre da lei. -----

Acho que no essencial das duas intervenções, o que está em causa é municipalizar ou não municipalizar, ou fazer prestação de serviço, ou um outro tipo de modelo. -----

Foi este modelo, porque entendemos que este é um modelo, que é mais viável economicamente. -----

É claro que os resíduos continuam a ser um problema e vão continuar a ser um problema futuro, por muito que os números tendem a vir a ser animadores por um lado, por outro lado assustadores. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Com um aumento que temos, de facto, um aumento substancial de ecopontos, de diferenciação dos resíduos, por outro lado, esperar-se-ia que fizéssemos menos lixo indiferenciado, o que não é verdade, isso, de facto, preocupa-nos. Depois preocupa-nos e temos demonstrado ao Governo, que não nos parece que o aterro seja a melhor solução. Continuar a fazer lixo e a depor em aterro, de facto, não é a melhor solução e, portanto, temos de contribuir, todos, temos apelado às juntas de freguesia, temos apelado a toda a gente, para fazermos cada vez menos, para separámos o lixo e para ajudarmos neste desígnio. -----

Inclusive, sabendo que o aterro que era para ser feito às portas de Santo Tirso, conseguimos demover que fosse feito, como sabem, era em Covelas/Trofa, encostado ao concelho de Santo Tirso e o próximo há de ser em Fafe, provavelmente nos vai atenuar em termos de transporte, das contas de logísticas de transporte, mas com um aumento de combustíveis, esta é previsão dos 20 milhões. -----

Com toda a sinceridade, tenho sérias dúvidas acerca dos valores, deste como de outros. A questão do lixo é uma coisa que preocupa, e deve preocupar muito no futuro, independentemente das questões políticas, acho que devemos nos unir, para arranjar soluções e garantidamente não é pelo modelo que existe. -----

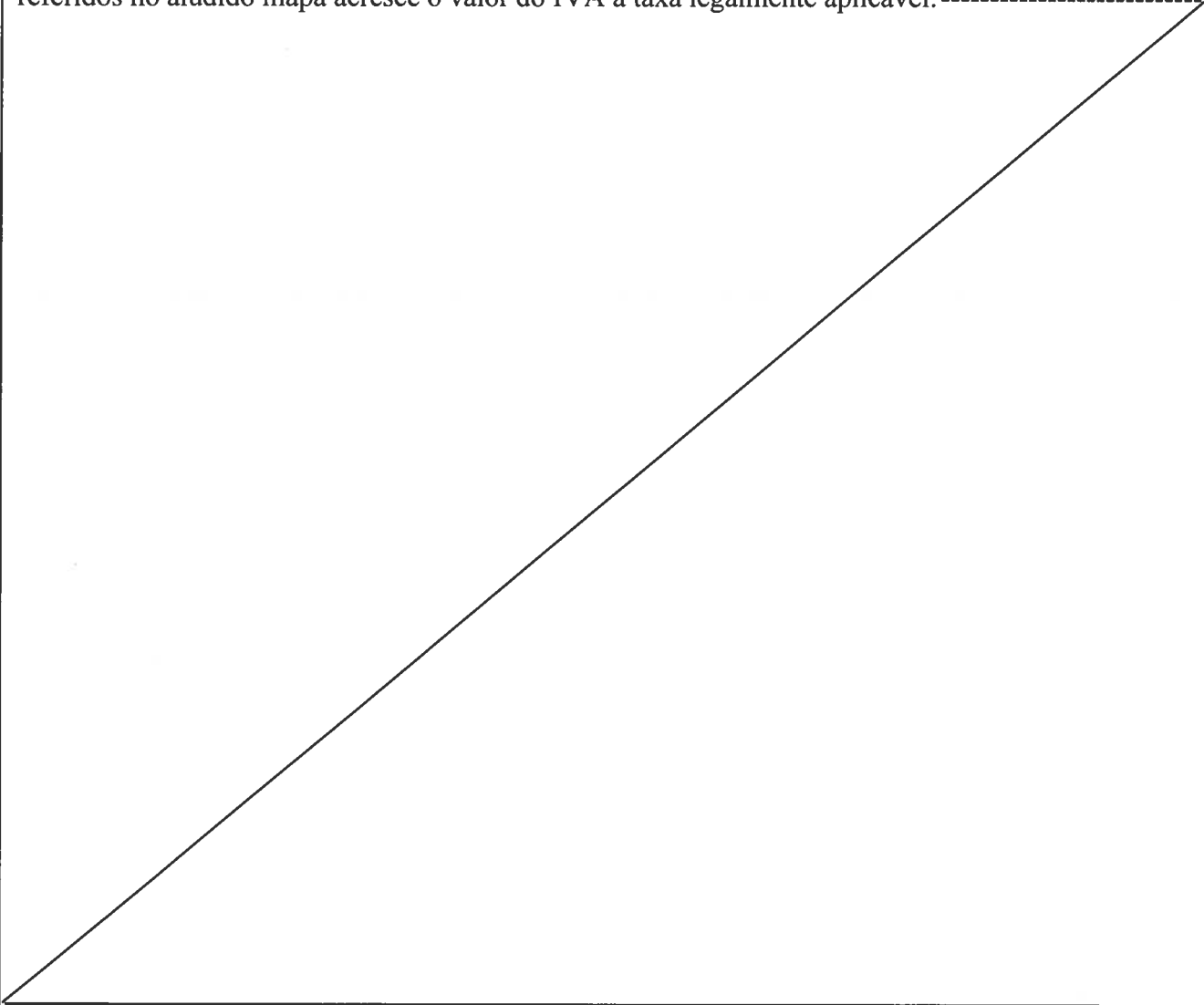
Também não concordo, como já fiz saber, como modelo de gestão e a divisão que está feita entre municípios, não sei porque é que uns municípios estão de uma forma e outros estão de outra forma, podia haver aqui solidariedade, mas podíamos ir à água, ao saneamento, porque é que não é uma solidariedade nacional nestas matérias, que são bem importantes para todos? Naturalmente, tentamos olhar pelos nossos interesses. -----

Para concluir, de facto que há aqui uma diferença nas intervenções em relação aquilo que é a perspetiva, nomeadamente, municipalizar ou não, nós não temos condições para o fazer e até com tantas regras que temos em cima da mesa cada vez mais para cumprir. Eu diria mesmo que as próprias empresas têm uma enorme, uma tremenda, dificuldade em cumprir com todos os critérios



com todas as regulamentações que existe para o efeito”. -----

A assembleia municipal deliberou, com trinta e oito votos a favor e três votos contra, dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do Bloco de Esquerda e na lista do PCP-PEV, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais resultantes do contrato a celebrar na sequência do procedimento concursal em causa, cujo valor máximo estimado, por ano económico, é o que consta do mapa que se anexa à presente ata, constituindo a folha oitenta e nove da mesma. Aos valores referidos no aludido mapa acresce o valor do IVA à taxa legalmente aplicável. -----



**CDU** COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**ORDEM DO DIA | PONTO 5**

O executivo do PS apresenta uma opção fechada e alegadamente inevitável no sentido de manter e até mesmo alargar a privatização em vigor no que respeita à recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana no concelho de Santo Tirso.

Para tal, é apresentado uma avaliação custo-benefício em que assume à partida, sem qualquer comparação ou estudo, que o modelo de gestão mais adequado passa pela via da concessão deste serviço até, pelo menos, 2031.

Em nenhum momento é equacionado se o modelo de gestão direta, através de recursos próprios, seria o mais adequado à prossecução do interesse público. Ou seja, qual o investimento em viaturas, custos com a sua manutenção e combustíveis, custos com trabalhadores e com a instalação de equipamentos de deposição, e se atendendo aos custos operacionais identificados, aos quais acrescem outros, se os mesmos ultrapassam ou não significativamente o preço base global fixado para este procedimento.

Nesse sentido, a CDU considera que a decisão de adjudicação ou não deste serviço devia ser acompanhada de:

- Distribuição com celeridade a todas as forças representadas nos órgãos municipais de uma informação rigorosa e actualizada sobre os prazos, custos e detalhes dos serviços prestados no âmbito das concessões da recolha de resíduos urbanos e limpeza pública em vigor;
- Estudo das medidas necessárias a assumir tendo em vista a remunicipalização dos serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana, designadamente prazos e custos.
- Agendamento da discussão desta matéria nos órgãos municipais.

Acresce que, quanto ao dito concurso, surgem outras preocupações.

É referido que para a fixação do preço base global e dos preços base unitários foram considerados os históricos de execução do contrato anterior e ainda em vigor, bem como uma consulta preliminar ao mercado. Por outro lado, nada se diz se a

**CDU** COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

estimativa de consumo que deu origem à fixação dos preços base teve em consideração a necessidade de atingir as metas obrigatórias fixadas no Regime Geral de Gestão de Resíduos, artº. 21º, designadamente: no ano de 2025, reduzir em 5% a quantidade de Resíduos Urbanos produzidos por habitante face aos valores de 2019; e no ano de 2030, reduzir em 15% a quantidade de Resíduos Urbanos produzidos por habitante face aos valores de 2019.

Por fim, o Caderno de Encargos é omissivo quanto à transmissão dos contratos dos trabalhadores que exercem funções de recolha do lixo e limpeza urbana, ao abrigo da concessão em vigor. Para efeitos do cumprimento do disposto na Lei nº. 18/2021, de 8 de Abril, o contraente privado deverá integrar os trabalhadores da actual concessionária, que manifestem essa intenção, estando obrigado a garantir iguais ou melhores condições laborais a esses trabalhadores.

Como é do conhecimento público, a CDU opõe-se a este e anteriores processos de privatização de serviços públicos no concelho de Santo Tirso. Tal como tem sucedido noutros concelhos do distrito do Porto, a atitude correcta da Câmara Municipal de Santo Tirso seria a de preparar os seus quadros de pessoal e equipamentos tendo em vista o regresso destes serviços à sua gestão.

Tal seria a melhor garantia de qualidade de serviço, de gestão adequada dos dinheiros públicos e de transparência.

Por tudo o que foi exposto, a CDU irá votar contra este ponto.

CDU de Santo Tirso

João Fernandes Ferreira



5. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DE SANTO TIRSO - DECISÃO DE CONTRATAR (ARTIGO 36.º DO CCP).-----

Presente informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, de treze do corrente mês de abril, registada com o número três mil quinhentos e setenta e quatro, a informar sobre a necessidade de abertura de procedimento concursal tendo em vista a celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana no concelho de Santo Tirso, de acordo com as disposições estabelecidas no caderno de encargos anexo àquela informação, que abrange:-----

a) Recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados e biorresíduos produzidos no concelho de Santo Tirso; -----

b) Recolha de resíduos volumosos, de resíduos verdes e de resíduos de construção e demolição resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações pelo proprietário ou arrendatário, da responsabilidade do município; -----

c) Limpeza das vias e praças municipais nas áreas delimitadas nas plantas anexas ao respetivo caderno de encargos, bem como serviços acessórios, conforme previsto na cláusula 1.ª do mesmo caderno de encargos. -----

Pelo senhor vice-presidente foi dito: -----

Considerandos o teor da aludida informação técnica, que aqui se tem por inteiramente transcrita, nomeadamente para efeitos de fundamentação da deliberação da câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo, propõe-se o seguinte:-----

A). Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de prestação de serviços a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público internacional, de harmonia com o previsto no



artigo 20.º do mesmo Código.-----

O valor global estimado do contrato a celebrar é de 20.058.827€ (vinte milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, cujo cálculo consta do Anexo I da aludida informação técnica, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----

Para a fixação dos preços base unitários constantes do aludido anexo (que será o Anexo XIII do respetivo caderno de encargos), foram considerados os históricos resultantes do contrato ainda em vigor, bem como as informações obtidas em sede de consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35º-A do Código dos Contratos Públicos. -----

De harmonia com o previsto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base do contrato, fixado no referido valor de 20.058.827€ (vinte milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete euros), consta da cláusula 21.ª do caderno de encargos. -----

A decisão de contratar tem a fundamentação constante da aludida informação técnica, bem como na avaliação de custo-benefício que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma; -----

B). Que a câmara municipal delibere aprovar as peças do respetivo procedimento, ou seja, o programa de procedimento e o caderno de encargos, e respetivos anexos, documentos dos quais se juntam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos V e VI da mesma. -----

Considera-se que o preço total de uma proposta é anormalmente baixo quando se verificar a apresentação de uma proposta com um preço contratual 30% (trinta por cento) inferior ao preço base do procedimento, conforme consta do ponto 8 do Programa de Procedimento, com a fundamentação que consta da aludida informação técnica, que aqui se tem por integralmente transcrita.-----

C). Que a câmara municipal delibere designar o júri do procedimento, com a seguinte composição:-----



[Handwritten signatures and initials]

Membros efetivos: -----

- Alexandra Carla Almeida de Castro Moreira, Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade do município de Santo Tirso, a exercer as funções de presidente; -----
- Emília Cristina Campos Ramos Maia –Chefe da Divisão de Contratação Pública do município de Santo Tirso, como vogal; -----
- Maria Alcina Marques Oliveira, Chefe da Divisão Financeira do município de Santo Tirso, como vogal. -----

Membros suplentes: -----

- Diana Paula Ferreira Salgado – Técnica Superior Jurista, afeta à Divisão Jurídica do município de Santo Tirso, como substituta do presidente do júri; -----
- Nérie Jacqueline Ramalho Garcez Silva Martins, Técnica superior afeta à Divisão de Ambiente e Sustentabilidade do município de Santo Tirso, como vogal suplente; -----
- Maria Cacilda Costa Alves Sousa, Chefe do Serviço de Compras do município de Santo Tirso, também como vogal suplente. -----

D). Que a câmara municipal delibere delegar no júri do procedimento a competência para prestar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, cabendo ao júri as demais competências previstas no ponto 6 do Programa do Procedimento, para além de outras que a lei especialmente lhe cometa. -----

E.) Que a câmara municipal delibere reconhecer, face ao objeto do contrato, a conveniência de o júri ser assessorado por pessoas ou entidades reconhecidamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do procedimento em causa, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto, a designar pela câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos; -----

F). Que a câmara delibere não contratar por lotes, com a fundamentação que consta da aludida informação técnica, com a qual se concorda, em conformidade com o disposto no n.º 1 do

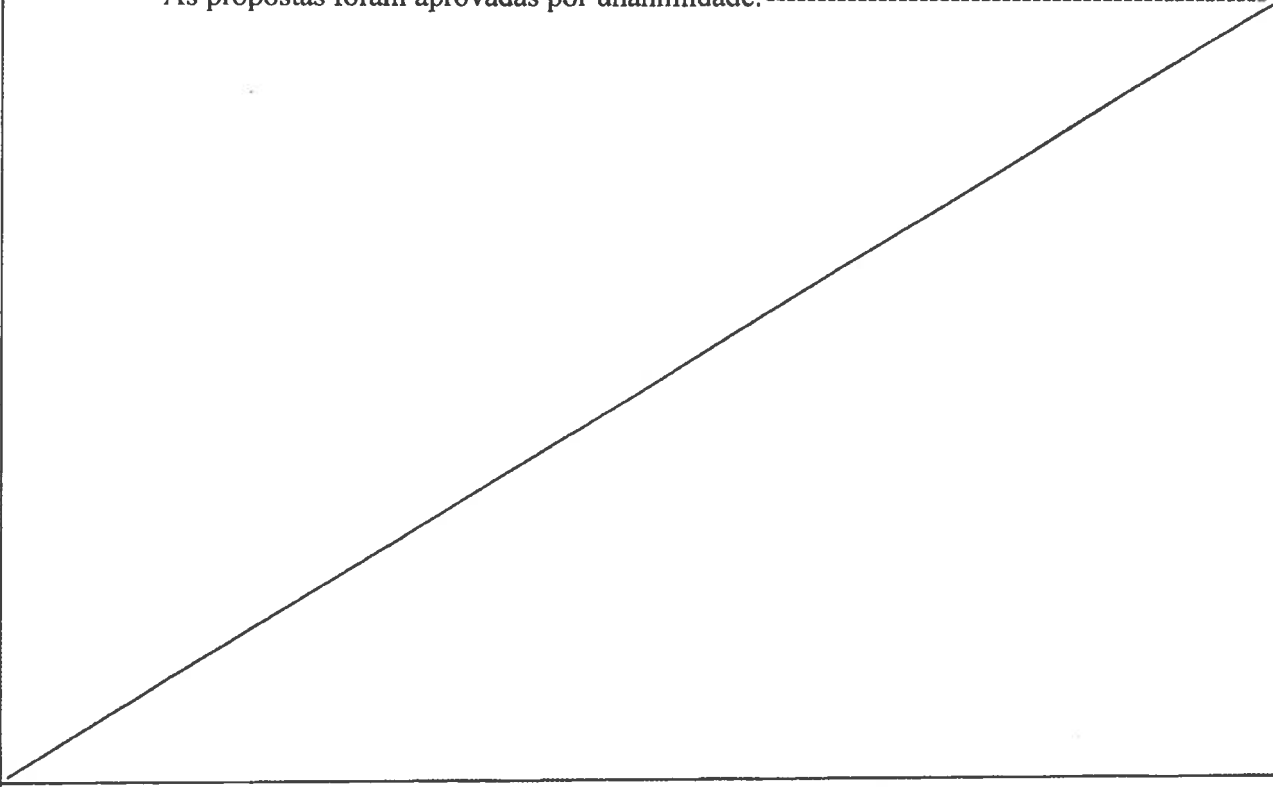


artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

G). Considerando que do contrato a celebrar resultam compromissos plurianuais, conforme estimativa que consta do mapa anexo à presente ata (folhas vinte e seis da mesma) que a câmara municipal delibere, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, solicitar autorização à assembleia municipal para a assunção dos compromissos plurianuais resultantes do contrato a celebrar, cujo valor máximo estimado por ano económico é o que consta do referido mapa, ao qual acresce o IVA. -----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022001, na qual ficou cativa a importância de 221.569,37€ (duzentos e vinte e um mil quinhentos e sessenta e nove euros e trinta e sete cêntimos), correspondente aos encargos estimados do contrato no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 960/2023, de 13 de abril. -----

As propostas foram aprovadas por unanimidade. -----



Concurso Publico Internacional para a Celebração de Contrato de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos e de Limpeza Urbana no Concelho de Santo Tirso

ANEXO II
Encargos Plurianuais

Ano	Montante
2023	208 946,11 €
2024	2 507 353,36 €
2025	2 507 353,36 €
2026	2 507 353,36 €
2027	2 507 353,36 €
2028	2 507 353,36 €
2029	2 507 353,36 €
2030	2 507 353,36 €
2031	2 298 407,25 €
TOTAL	20 058 826,88 €

Anexo I – Mapa de Quantidades e Estimativa de Preço Base
(anexo à inf DAST, 3574/23)

RECOLHA	Quant. anuais (ton)	Preço Unitário	Montante anual €	Montante 8 anos €
Serviços Usuais				
Recolha e transporte de resíduos indiferenciados , fornecimento, lavagem manutenção e substituição dos contentores	30 000	61	1 830 000	14 640 000
Recolha e transporte de Biorresíduos ,lavagem e manutenção dos contentores	1 500	200	300 000	2 400 000
Recolha e transporte de verdes e monos/ monstros	345	175	60 375	483 000
		Sub-total	2 190 375	17 523 000
Serviços Pontuais				
Montureiras- Recolha e transporte a tratamento	30	700	21 000	168 000
RCD- Recolha e transporte a tratamento-(LER 17 01 07; LER 17 09 04; LER 17 08 02)	25	325	8 125	65 000
Fornecimento de guardas metálicas	10	175	1 750	14000
Sub-total RECOLHA			2 221 250	17 770 000
LIMPEZA	Quant. anuais (km)	Preço Unitário	Montante anual €	Montante 8 anos €
Serviços usuais				
Varredura- Limpeza fornecimento, lavagem manutenção e substituições de paleleiras/papeleiras com dispensadores para dejetos caninos	6 641,66	43	285 591	228 4731
Lavagem de Ruas	4,88	105	512	4 096
Sub-total LIMPEZA			286 103	2 288 827
TOTAL RECOLHA E LIMPEZA			2 507 353	20 058 827



Handwritten signature in blue ink.

Pelo senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos favoravelmente, porque pode não ser o modelo ideal e a bom da verdade, que fique aqui claro, quando estamos de acordo, estamos, pode não ser o melhor modelo de desenvolvimento. -----

Efetivamente, existem três situações que são muito importantes, uma a separação dos resíduos, faço há muitos anos, há uma grande falta de capilaridade, nas várias para separações, entre os plásticos, o vidro e por aí adiante, no concelho de Santo Tirso, era bom que a intensificar-se essa parte. -----

Teremos de pensar, obviamente, numa escala maior e aqui a Área Metropolitana do Porto, onde nós estamos inseridos, tem de pensar num modelo relacionado com a recolha dos resíduos solos urbanos e ponderar, também, já algumas câmaras fazem, em relação ao princípio do utilizador pagador”.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Handwritten signature in blue ink.

6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE RORIZ - FESTAS DA VILA. -----

Presente a deliberação da câmara municipal de seis do corrente mês abril, constante da subsequente folha da presente minuta da ata. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 613/2023, conforme documento de requisição externa de despesa número 918/2023, de vinte e dois de março findo. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir à freguesia de Roriz um subsídio no montante de 1.650,00 € (mil e seiscentos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do aniversário da elevação da freguesia à categoria de vila, que decorreram nos dias quinze e dezasseis do corrente mês de abril. -----

Não participou na votação deste ponto o presidente da junta da freguesia de Roriz. -----

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

14. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE RORIZ - FESTAS DA VILA. -----

Presente email de catorze de março findo, da junta de freguesia de Roriz, registado com o número cinco mil seiscientos e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 12.º aniversário da elevação da freguesia à categoria de Vila, que decorrerão durante os dias quinze e dezasseis do corrente mês de abril. -----

O assunto vem informado pelo Serviço de Programação Cultural, conforme informação de vinte e um de março findo, registada com o número dois mil oitocentos e vinte e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse a atribuir um subsídio à freguesia de Roriz no montante de 1.650,00 € (mil seiscientos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 811/2023.

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 613/2023, conforme documento de requisição externa de despesa número 918/2023, de vinte e dois de março findo. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



7. PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO DE "CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PONTE SOBRE O RIO VIZELA, LIGANDO VILA NOVA DO CAMPO À ESTAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO DE LORDELO, E UMA ROTUNDA NA VIM" PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS INTEGRADAS NA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL.-----

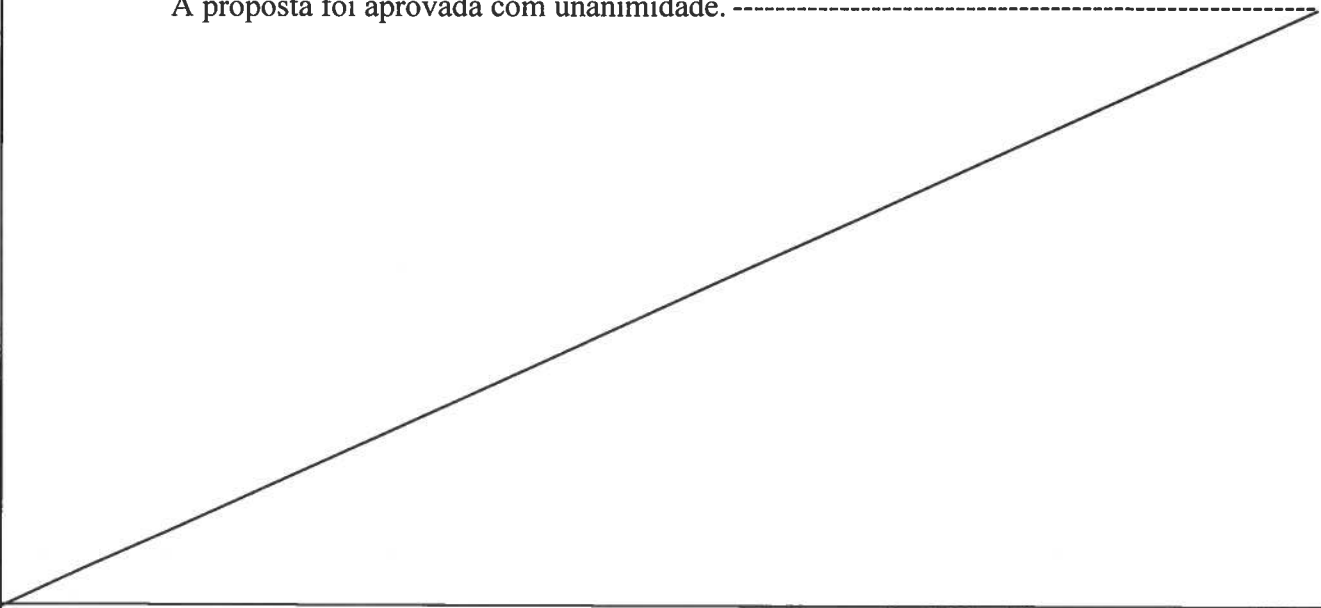
Presente a deliberação da câmara municipal de seis do corrente mês de abril, constante das subseqüentes três folhas da presente ata. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

A assembleia municipal deliberou, com a fundamentação constante da aludida deliberação da câmara municipal, e da informação técnica nela referida, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, reconhecer que o projeto em causa é de relevante interesse público municipal, para efeitos de ocupação de áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional, conforme planta anexa, e os objetivos e ações previstas no mesmo não se podem realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN. -----

A proposta foi aprovada com unanimidade. -----



Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

VF

6. PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO DE "CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PONTE SOBRE O RIO VIZELA, LIGANDO VILA NOVA DO CAMPO À ESTAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO DE LORDELO, E UMA ROTUNDA NA VIM" PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS INTEGRADAS NA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL.-----

Presente informação do Departamento de Gestão Ambiental, Território e Requalificação do Espaço Público, de oito de março findo, registada com o número mil oitocentos e cinquenta e sete, a comunicar que para a execução do projeto denominado “Construção de uma nova ponte sobre o Rio Vizela, ligando Vila Nova do Campo à estação de caminhos de ferro de Lordelo, e uma rotunda na VIM”, torna-se necessário utilizar uma área incluída na Reserva Ecológica Nacional, com 2.113,08m² (dois mil cento e treze virgula oito metros quadrados), conforme planta de síntese que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante (Anexo I). -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor da aludida informação técnica que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Considerando que a execução daquele projeto consta do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso (projeto/ação 2003/I/09); -----

Considerando que o projeto em causa já foi aprovado pela câmara municipal, conforme deliberação de trinta e um de outubro de dois mil e dezanove (item seis da respetiva ata); -----

Considerando que o projeto tem parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente. -

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à assembleia municipal que delibere reconhecer que o projeto em causa é de relevante interesse público municipal, para efeitos de ocupação de áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional, conforme planta anexa, e os objetivos e ações previstas no mesmo não se podem realizar de forma adequada em áreas não

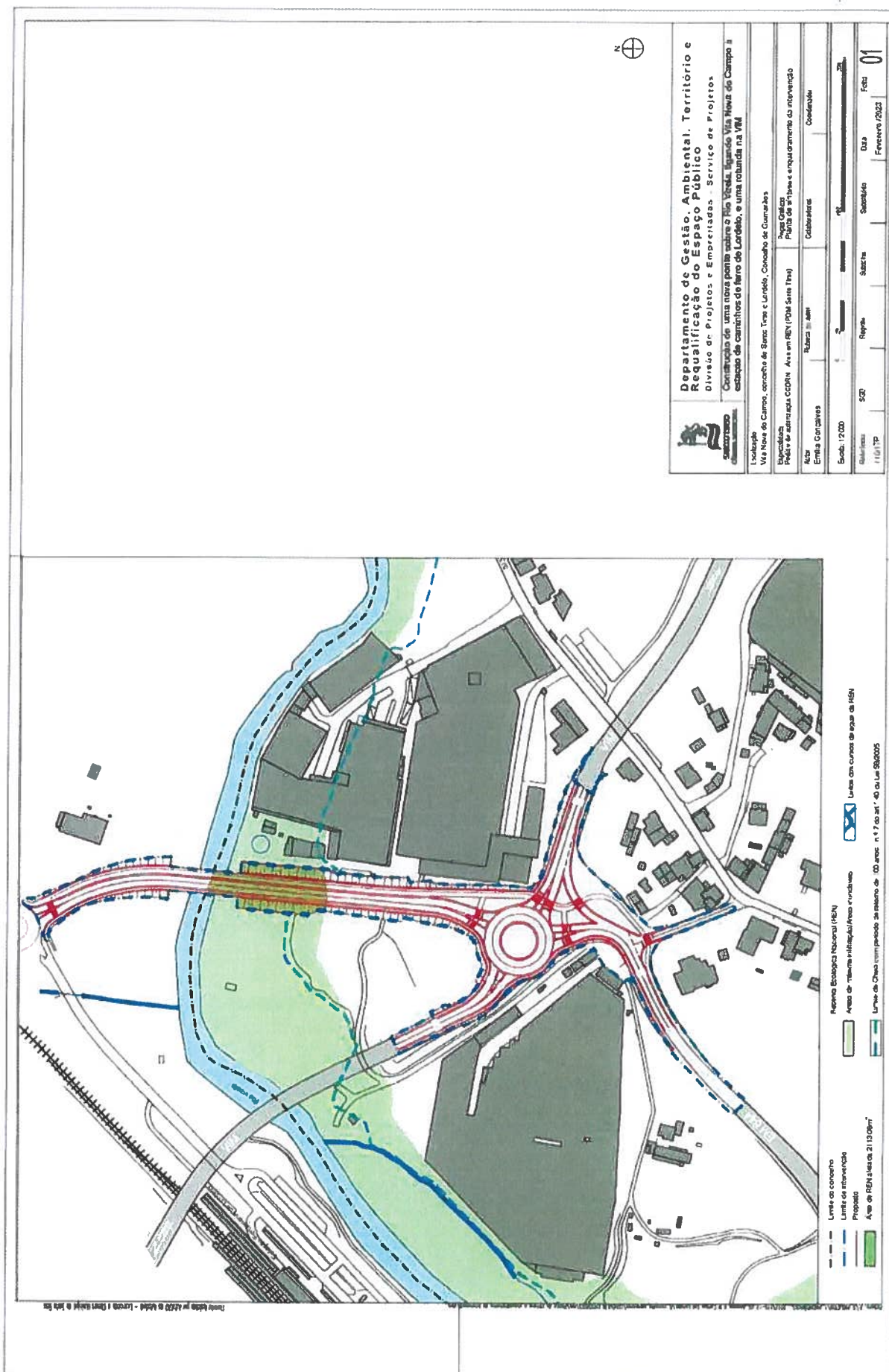


Reunião: ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

integradas na REN. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----





Assembleia Municipal de Santo Tirso

Pelo senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos favoravelmente, temos de ter em atenção na também de que o Plano Diretor Municipal é um documento estruturante e diretor de todo o nosso território, no que respeita ao concelho de Santo Tirso. -----

Isto é válido para este ponto e para o próximo, que também anunciámos que votamos favoravelmente, mas isto deve ser sempre considerado uma exceção”. -----



8. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE VIZELPAS FLEXIBLE FILMS, S.A. - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO EM ÁREA INTEGRADA EM ESPAÇO FLORESTAL.-----

Presente a deliberação da câmara municipal de vinte do corrente mês de abril, constante das subseqüentes duas folhas da presente ata. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

Interveio na discussão a senhora Ana Isabel Carneiro Gouveia Silva, eleita enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda, tendo dito o seguinte: -----

“A produção de energia a partir de fontes renováveis é um elemento ventral na resposta à crise climática e é também uma garantia de soberania e segurança energética. -----

As várias fontes de produção energética têm impactos ambientais diversificados e de diferente gravidade.-----

Também nos casos de energia renovável é essencial reconhecer os seus impactos, implementar medidas de minimização e ordenar o território e proceder à instalação dos centros electroprodutores de forma a mitigar os seus efeitos negativos. -----

Para o sucesso da resposta climática é fulcral que as suas medidas vão de encontro às necessidades da população e que tenha o seu apoio, isto também é uma questão de justiça climática e social. -----

Recentemente, em alguns lugares, a instalação de megaparcos solares tem causado alguma apreensão e mesmo protesto por parte de populações.-----

A dezoito de abril, o Governo publicou um decreto-lei que retirou a obrigatoriedade de efetuar uma avaliação de impacto ambiental para os centros electroprodutores renováveis. -----

A proposta aqui trazida a esta assembleia municipal é para permitir a instalação de painéis fotovoltaicos, em quase 5 hectares de zona de espaço florestal.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Assim, para que possamos votar em consciência seria para nós essencial um estudo de impacto ambiental para duas coisas, a primeira perceber a viabilidade do projeto, a segunda proceder aos mecanismos necessários para mitigar quaisquer efeitos nocivos.-----

Na falta deste estudo, pelo menos a divisão de gestão florestal da câmara municipal deveria ter dado informações mais técnicas, mais pormenorizadas e mais esclarecedoras sobre este assunto.-----

Assim, deixamos duas perguntas:-----

Se foram estudadas outras possibilidades, noutros locais, para esta instalação?-----

Se este executivo ponderou pedir um estudo de impacto ambiental?-----

Para além desta proposta, foi feito também o pedido por esta empresa, para isenção de impostos ou taxas. Como sabem, o Bloco de Esquerda acha que a redução ou isenção de taxas é um instrumento poderosíssimo na governação autárquica, permite-nos distinguir aquilo que é diferente, não é igual a uma empresa que respeita os seus trabalhadores a uma empresa que não o faz, contratos estáveis, combate à precariedade, salários justos, igualdades de oportunidades e respeito pelo meio ambiente, é para nós o que faz com que uma empresa deva usufruir de título de atividade de especial interesse.-----

Aceitar estes pedidos sem qualquer critério, retira-nos credibilidade e mais importante, retiramos capacidade de gestão autárquica e, por isso esperamos que, para o bem público e para a confiança de todos os tirsenses, que este executivo não tenha trazido a esta assembleia municipal uma proposta sem sustentação, que ponha a credibilidade da gestão autárquica em causa.-----

Assim deixamos a última pergunta, quais são as características desta empresa para que possa usufruir de título de atividade de especial interesse?"-----

De seguida interveio, novamente, o senhor presidente da câmara municipal para responder a algumas questões colocadas na intervenção anterior, tendo dito o seguinte que a seguir se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

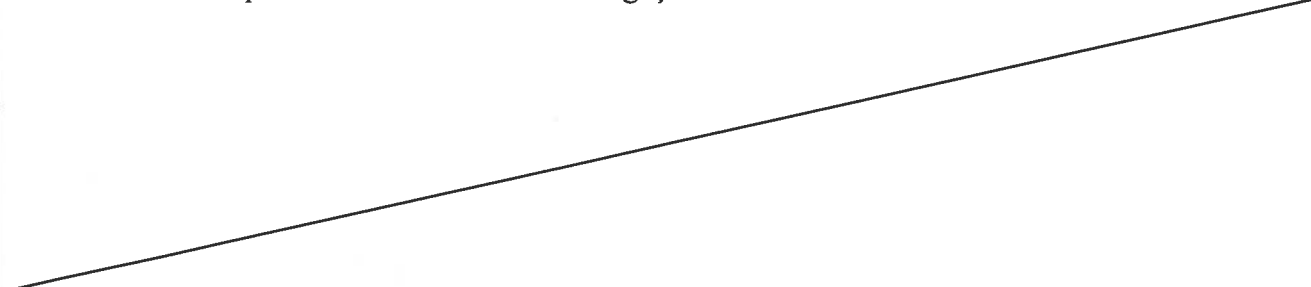
“Algumas das questões que foram colocadas pela senhora deputada, provavelmente, devem ser colocadas à empresa, se estudaram outras possibilidades, porque nós não somos os promotores disto, é a empresa, portanto, não faço a mínima ideia.-----

Quanto aos estudos que têm de ser feitos, foram feitos os estudos e as análises técnicas necessárias para o efeito.-----

Quanto à questão final, é o que está nos regulamentos, aliás, existe um regulamento próprio para os pedidos de interesse municipal, portanto, o que está no regulamento são os critérios para todos os pedidos, sempre que os pedidos entram, resulta dali uma forma matemática que, depois implica os abaixamentos das taxas, dos impostos que se tem de dar, portanto, não pode haver maior transparência nisto, do que haver um regulamento próprio para o efeito, como existe, é só consultar.”

A assembleia municipal deliberou, com a fundamentação constante da aludida deliberação da câmara municipal, e da informação técnica nela referida, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, reconhecer que o projeto em causa é de interesse público municipal, de modo que, com caráter excecional, possa ser autorizada a sua implantação em Espaço Florestal, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, devendo, no entanto, respeitar as condições previstas no n.º 3 do mesmo artigo, o que deve ser verificado pela Divisão de Gestão Urbanística. -----

A proposta foi aprovada com trinta e oito votos a favor, três abstenções, sendo duas abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do Bloco de Esquerda e uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista da coligação PCP-PEV. -----



Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'Moura'.

14. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE VIZELPAS FLEXIBLE FILMS, S.A. - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL (N.º 2 DO ARTIGO 39.º DO REGULAMENTO DO PDM) -----

Presente requerimento da sociedade Vizelpas – Flexible Films, S.A., com sede na Rua da Fundação, n.º 8, Vilarinho, concelho de Santo Tirso, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal relativo ao projeto de investimento que consiste na instalação de painéis solares para produção de energia - Central Fotovoltaica com potência instalada de 3,4 MWp e potência de ligação à rede de 2,8MW destinada a Autoconsumo (UPAC). -----

Do processo consta informação da Divisão de Gestão Urbanística, de doze do corrente mês de abril, relativa ao processo 1/23, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais. -----

O assunto vem também informado pela Divisão Municipal Invest Santo Tirso, conforme informação registada com o número três mil seiscentos e quarenta e cinco, de treze do corrente mês de abril, a qual aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da deliberação da câmara municipal. -----

O orçamento previsto é de 5.088.483,00 € (cinco milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e três euros), sendo 4.773.905,00 € (quatro milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e cinco euros), para aquisição de equipamento, e 314.578,00 € (trezentos e catorze mil, quinhentos e setenta e oito euros), para a execução de obras. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando a fundamentação constante das aludidas informações técnicas; -----

Considerando que a identificada sociedade tem a sua situação tributária e contributiva regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 27 de março findo, válida por três meses, e declaração emitida pelo Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., no dia 01 de janeiro último, válida por quatro meses. -----



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Proponho que a câmara delibere o seguinte: -----

A) Reconhecer que o projeto em causa se enquadra nas exceções previstas no n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro; -----

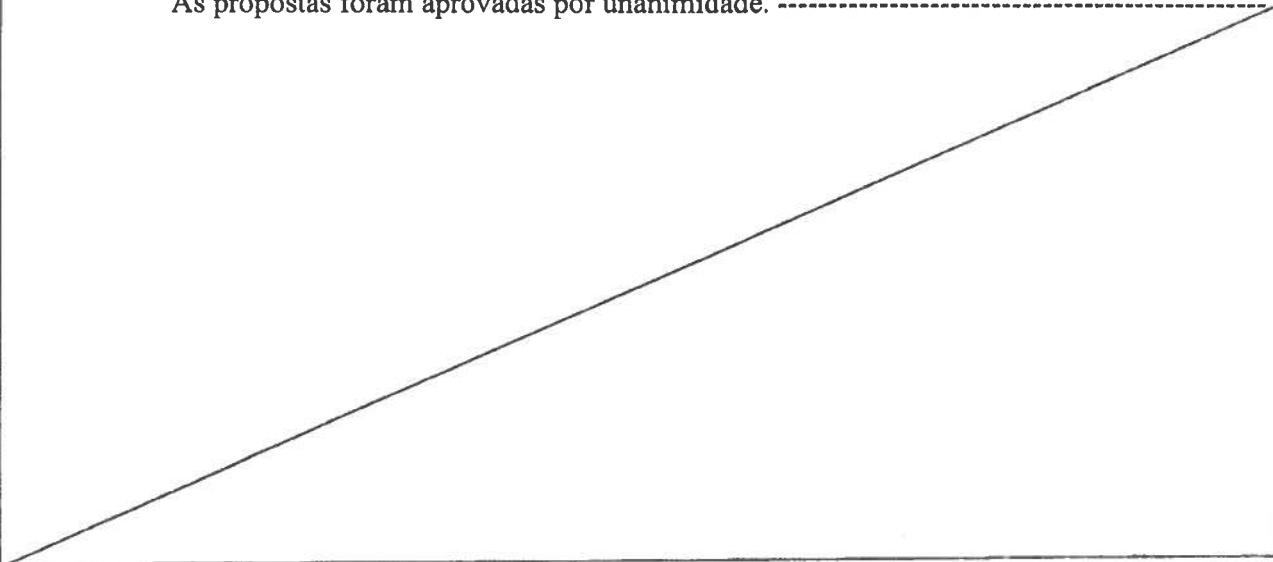
B) Propor à assembleia municipal que delibere reconhecer que o projeto em causa é de interesse público municipal, de modo que, com carácter excecional, possa ser autorizada a sua implantação em Espaço Florestal, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, devendo, no entanto, respeitar as condições previstas no n.º 3 do mesmo artigo, o que deve ser verificado pela Divisão de Gestão Urbanística; -----

C) Face ao reconhecimento do interesse público municipal do referido projeto, declarar que esse reconhecimento deve ser considerado para efeitos de redução de Taxas Municipais e Compensação Urbanística (se for o caso). -----

O valor estimado das taxas a pagar é de 2.900,00€ (dois mil e novecentos euros) para a utilização do solo e vedação da área de intervenção. -----

A decisão relativa à percentagem da redução de taxas a conceder será tomada por despacho do presidente da câmara, na sequência da informação que vier a ser prestada pela Divisão de Gestão Urbanística. -----

As propostas foram aprovadas por unanimidade. -----





Assembleia Municipal de Santo Tirso

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

No início da sessão da assembleia municipal, o senhor presidente da assembleia lembrou que os cidadãos interessados em intervir teriam de fazer a sua inscrição até ao termo do período destinado à discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem do dia, de harmonia com o previsto no artigo 38.º do regimento da assembleia municipal. -----

Inscreveu-se para participar nesta reunião o senhor José Carlos Barreira, que comunicou que pretendia intervir na reunião, quer em nome individual, quer em nome de sociedades que disse representar. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que a intervenção do senhor José Carlos Barreira, seria de uma única vez, embora houvesse quatro pedidos, de empresas diferentes, mas que a pessoa a intervir era a mesma. Assim, que fizesse uma síntese de todos os assuntos sobre os quais pretendia esclarecimentos. -----

Seguidamente interveio o senhor José Carlos Barreira, tendo dito o seguinte: -----

“Senhor Presidente, só uma correção, eu tenho o privilégio de estar aqui a segunda vez, nesta casa, a representar o grupo económico e tenho o privilégio, nesta casa que é uma festa da democracia, de podermos todos expressarmos conforme quisermos e, portanto, vejo alguma restrição no uso da minha palavra e naquilo o que é os interesses económicos e os interesses dos munícipes aqui nessa assembleia, pelo menos tenho sentido isso, é uma segunda vez que estou cá e tenho tido essa perceção, pelo menos espero que o corrijam. -----

Quando há pouco referiu, que eu pedi, que me queria dirigir a dois representantes das junta de freguesia da Lama e de Santo Tirso, também não é verdade, eu pedi que queria todos os contactos, porque já falei disto há um tempo e quando aqui estive da última vez, solicitei que institucionalmente, pelo menos pelos grupos que aqui são representados pelos partidos, haveriam de ter, cada um, um email, para podermos expressar, porque só tenho o seu email, o senhor só responde quando quer e quando lhe apetece, o senhor têm vários emails meus, o senhor não respondeu e,



Assembleia Municipal de Santo Tirso

portanto, hoje informou que havia um pedido meu. -----

Quem está aqui a representar, são 41 deputados e é nesse sentido que, todos nós que vivemos aqui no concelho, podemos dar a conhecer o que é que se passa na câmara. -----

Vou só dar-lhe aqui alguns exemplos, dar a conhecer aquilo que eu vim aqui fazer e dar a conhecer à assembleia e a todo o público, o que é que tem acontecido aqui connosco. -----

Da gravação que lhe pedi da assembleia municipal de 22/06, o senhor ainda não a remeteu. -----

Da consulta aos processos do QREN, que pedimos, e foi sentenciado em Tribunal desde setembro. -----

Há aqui uma questão que a câmara intentou e tem um processo expropriativo da Fábrica do Malhado, Fábrica do Malhado que nós há 16 anos mantemo-la, não está abandonada, não devemos IMI nenhum à câmara e, portanto, mantemos aquilo há 16 anos e, ainda não recebi de nenhum deputado a pergunta, porque é que vocês mantêm aquilo há 16 anos? -----

Da outra vez deixei aqui essa interrogação e também não recebi de nenhum deputado, mas votaram todos no dia 22/06, votaram todos a favor da expropriação, mas ninguém perguntou o porquê e não estava abandonado, temos pagos impostos. -----

Neste QREN, só para termos uma ideia, o tribunal sentenciou para que nós tivéssemos porque, o passeio pedonal que conhecem era para ser feito do lado esquerdo e passou a ser do lado direito para a fábrica, em determinado período e, portanto, havia aqui necessidade de perceber neste QREN, que foi apoiado pelo Fundo Europeu, havia a necessidade de perceber o que é que aqui está do QREN. Pedimos isto, foi sentenciado em 11 de setembro, estamos em abril, a câmara ainda não disponibilizou. E mais, vem-nos agora, porque o senhor presidente, tem de se esclarecer isto, o tribunal, informou o senhor presidente que lhe cortava ordenado se não desse as informações, o que é que aconteceu? apareceram com uma carta de 46.000€ para entregar a informação, 46.000 euros. ----

Oferecem pela Fábrica do Malhado meia dúzia de tostões, não dá para comprar a areia.



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Já disse ao senhor Presidente, que não troco esta Fábrica que foi doada, por 4 milhões e tal, eu não troco pela nossa e oferecem meia dúzia de tostões. -----

Pediram-nos 46.000 euros para disponibilizar informação e estão desde novembro até agora para entregar”. -----

O senhor presidente da assembleia municipal interrompeu a intervenção do senhor José Carlos Barreira, para que o mesmo sintetizasse a sua intervenção porque já tinha ultrapassado o tempo que lhe estava destinado. -----

Seguidamente o senhor José Carlos Barreira continuou com a sua intervenção.-----

“A lista de preços é mesma coisa, qualquer de um vós que vissem o vosso irmão, alguém a ser expropriado, naturalmente, lutaria por aquilo que era um valor justo da situação, é a mesma coisa que vender em vossa casa, naturalmente, querem o valor justo. -----

O senhor Presidente apresentou um valor e vocês devem ter isso, sobretudo, os deputados devem ter conhecimento qual é o valor, também posso aqui apresentar que eles oferecem 246.000 € pela Fábrica do Malhado, não dá para pagar a areia. -----

Mas mais, é que nós fizemos um pedido que foi a seguir, “meus amigos, se assim é, vocês mostrem-me a uma lista de preços, porque era preciso perceber se, de facto, o que é que vocês vendem aqui, o que é que estão a vender e, como é que vendem”.-----

Para sintetizar, vamos ver aqui a situação dos terrenos de Geão, até hoje ainda não apresentaram, apesar de lhe pedirmos três vezes a mesma coisa, não apresentaram e, portanto, também não apresentamos as listas dos preços”.-----

O senhor presidente da assembleia municipal, interrompeu novamente a intervenção do senhor José Carlos Barreira, para informar que o tempo de intervenção tinha terminado, conforme está previsto no regimento desta assembleia. -----

Seguidamente o senhor José Carlos Barreira interveio novamente dizendo que “não era correto, no seu entender, representar aqui quatro entidades e só o deixarem falar quatro minutos. ----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Terminou dizendo que tinha pedido para visitar a contabilidade e que até agora não foi disponibilizada”.-----

Seguidamente interveio para participar Mafalda Correia Pinto Folhadela, residente em Santo Tirso, tendo dito o seguinte:-----

“Apesar de não ser a minha primeira intervenção na assembleia municipal e para quem não se lembra, apresento-me novamente, chamo-me Mafalda Folhadela e, como não tenho problema nenhum em assumir, lidero com muito orgulho da Juventude Popular de Santo Tirso.-----

Mas não venho cá fazer nenhuma declaração política, venho falar de um problema dos jovens do nosso concelho e hoje vem falar do cartão, o cartão Santo Tirso Jovem.-----

Para quem não sabe e é normal que muitos não saibam que ainda existe, porque a divulgação deste cartão é zero.-----

Este cartão procura, segundo o site da câmara, “O Santo Tirso Jovem visa corresponder às necessidades reais da camada mais jovem da população do concelho, garantindo benefícios no acesso a diferentes serviços e atividades. Promovendo e desenvolvendo uma relação de proximidade entre o jovem consumidor e o comércio tradicional, (...), apostando em chegar com mais eficiência ao seu público-alvo, a juventude, procurando ao máximo descentralizar a sua adesão e benefícios. ---

Este cartão destina-se a todos os jovens residentes no concelho, entre os 12 e os 30 anos de idade (inclusive)”.-----

Refere ainda que “a rede parcerias está a ser alargada a todo o concelho, contando atualmente com 91 lojas aderentes, um número em constante crescimento”.-----

Diz ainda que, “visa proporcionar aos jovens do Município reduções e isenções no acesso a diferentes atividades, designadamente culturais, desportivas e recreativas organizadas pela autarquia e outras instituições parceiras. Do núcleo de vantagens fazem ainda parte descontos na aquisição de bens e serviços prestados por estabelecimentos públicos e privados da área geográfica de todo o concelho, aderentes ao referido cartão”.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Ora, a ideia no geral é muito boa e traz efetivamente mais-valias aos jovens Tirsenses. ---

A ideia de proporcionarmos à juventude descontos em compras e serviços dentro do concelho muito positiva. -----

O facto de ser um incentivo ao comércio local é um ótimo facto.-----

Mas então o que é que está a falhar? Pois bem, tudo o resto. -----

Vejamos, as novas adesões de lojas tiveram como última atualização agosto de 2020, passaram quase 3 anos, ou seja, ainda a atual vereadora da juventude não tinha sido eleita, desde a sua entrada o cartão foi completamente abandonado. -----

Ora, se não temos desde agosto 2020 novas lojas, como encontramos lojas aderentes no site do município, como, por exemplo, um desconto de 10% sobre todos os produtos da loja de merchandising do Clube Desportivo das Aves, encontramos também 5% de desconto em todos os produtos comercializados, de segunda a quinta-feira, na Casa de Chá do Parque Dona Maria II. Ora bem, estes 2 estabelecimentos já estão encerrados, poderia dar mais exemplos das 91 lojas que aderiram, segundo mencionado no documento da Câmara Municipal, temos várias que já encerraram, outras que mudaram de morada ou até de nome e continuam a ser mencionadas. -----

Existem estabelecimentos que tiveram, desde a sua adesão, zero utilizações do cartão.----

Existem estabelecimentos que nem sabiam que o cartão ainda existia. -----

Mas descansem, o desconto só é aplicável ao titular do cartão e apenas uma vez por dia, realmente muito útil.-----

Isto senhor presidente, chama-se de um desmazelo total pelos jovens, uma ideia que tinha tudo para ser positiva, não é mais do que uma imagem de falta de empenho que este executivo demonstra nos jovens, pelos jovens e pelos comerciantes locais que, precisam de incentivos e ajudas, que aceitaram e aceitam fazer descontos nas suas vendas, de modo a impulsionar os seus negócios e, depois tem uma câmara municipal que não é capaz de os acompanhar. -----

Podemos ir ainda mais longe, das 91 lojas sabem quantas lojas foram localizadas fora dos



Assembleia Municipal de Santo Tirso

grandes centros de Vila das Aves e Santo Tirso? 3 lojas, sim 3 em 91 ou seja um cartão centralizado e, como habitual, centrado na cidade.-----

O cartão tem de ser uma ajuda importante nestes tempos difíceis de inflação, pois contemplam descontos interessantes como, por exemplo, as taxas devidas por licenças de obras e autorização de utilização de operações urbanísticas no âmbito do regime jurídico de urbanização e edificação ou na aquisição de terrenos municipais, para a construção de habitação própria e instalação de atividades económicas a explorar pelos próprios. -----

Senhor Presidente e senhora vereadora da Juventude, o Cartão Jovem Santo Tirso, comemora o seu aniversário desde que foi apresentado publicamente pelo Doutor Joaquim Couto, precisamente neste mês de abril e 6 anos depois parece que falamos do seu fim, visto que foi completamente abandonado. -----

É importante que a vereadora com o pelouro, quer realmente ter e assumir para com os jovens uma política virada para as suas necessidades, não basta resumir a política municipal da Juventude, ou um CMJ onde se fala de pouco mais do que festas. -----

Os jovens merecem mais e os jovens Tirsenses precisam de mais, é preciso andar no terreno, é preciso estabelecer parcerias com mais lojas de todas as freguesias do concelho, é preciso renegociar descontos, é preciso tornar o cartão mais funcional e atrativo, é preciso que o cartão dê mais acesso a mais descontos e regalias em serviços municipais, além dos que já dá, é preciso que todos os jovens saibam sem exceção que o cartão existe, é preciso digitalizar o processo de adesão, é preciso que se gaste uma parte das dezenas de milhares de euros gastos anuais em propaganda da câmara, para que se publicite verdadeiramente este cartão, promovê-lo nas redes sociais, utilizar as juntas de freguesia como entidades promotoras, eu, como cidadã estou totalmente disponível para ajudar a impulsionar o cartão e caso lhe seja necessário a JP também o estará. -----

Termino com as seguintes questões, a câmara fica com algum registo das utilizações dos cartões? Quantas vezes no último ano, o cartão foi utilizado? Quando jovens Tirsense possuem o



Assembleia Municipal de Santo Tirso

cartão? Sabem quantos registo tiveram no último ano? Existe algum plano executivo para que se consiga adaptar e renovar o cartão de Santo Tirso Jovem e torná-lo verdadeiramente uma mais-valia para os nossos jovens?” -----

Seguidamente interveio a senhora Lúcia Matos Machado, residente na freguesia de Monte Córdova, que a seguir se transcreve: -----

“Na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, em fevereiro, o senhor presidente da câmara terminou a sua intervenção, após o período aberto ao público, com as seguintes palavras e que passo a citar “creio ter respondido a tudo”, no meu ponto de vista, creio que não respondeu a praticamente nenhuma pergunta das que foram feitas no período de intervenção do público. -----

Pois bem, mas falo em específico na minha intervenção e esta foi muito clara e dividida em 2 pontos, a 1ª parte, uma reclamação e um alerta sobre o processo das propostas do Orçamento Participativo Jovem e explicando a toda a assembleia municipal, a forma como foi conduzido o processo, que se queria transparente, sério, rigoroso e desculpem que não foi o caso. -----

Fizemos chegar o caso via email ao gabinete do senhor presidente e da senhora vereadora responsável pelo OPJ. -----

Fizemos um pedido de esclarecimento em reunião com o senhor vice-presidente, afirmou que não conheciam assunto e que ia obter informações para nos dar resposta, até hoje zero. -----

Fizemo-lo na passada assembleia municipal e nada de qualquer resposta ou esclarecimento. -----

Só para que fiquem a saber de toda a inocência pela forma como a câmara municipal conduziu o caso, fomos convidados para estar na cerimónia de apresentação dos resultados finais do OPJ, por termos apresentado uma proposta, a proposta “Á Descoberta de Santo Tirso” esteve presente, fomos chamados ao palco para receber o diploma, tirámos uma fotografia com a senhora vereadora e sabem qual foi a única foto ou mesmo, se calhar, a única que não apareceu nas redes sociais, adivinham, não é? Ora, contudo, aproveitamos para deixar publicamente os nossos parabéns



Assembleia Municipal de Santo Tirso

aos vencedores.-----

Na passada terça-feira, na sessão solene de invocação do 25 de Abril, o senhor Presidente deu como um dos exemplos de iniciativas do executivo, que promovem a liberdade, imaginem o OPJ, disse isto com uma convicção tal, que se eu não tivesse testemunhado na primeira pessoa o que é este projeto até acreditava.-----

Senhor Presidente, vou lhe dizer o que deveria ser o OPJ, o OPJ deveria a ser uma iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal e que deveria ter como objetivo a recolha de opiniões e contributos da população jovem do concelho, permitindo adequar as políticas públicas municipais às suas necessidades e expectativas.-----

Assim, conseguindo-se uma maior contribuição para o aumento da transparência e da atividade da câmara municipal e, consequentemente, reforçar-se a qualidade da democracia concelhia.-----

Isto sim, se fosse cumprido, dir-lhe-ia que era uma excelente iniciativa e promotor da liberdade entre os jovens.-----

Posto isto, senhor presidente vou voltar a reforçar as perguntas trazidas aqui na última assembleia municipal, mas, antes disso só lhe quer transmitir que na sua não resposta, à minha intervenção na assembleia municipal, falou de partidos que aqui não estão presentes, que não tem culpa nisso, que não foi o senhor presidente que os tirou da assembleia municipal, entre outras coisas, que baralhada que vai na sua cabeça, porque, em 1º lugar, os dois proponentes têm uma filiação partidária assumida e sem qualquer tipo de problema, depois, ambos têm representação nesta assembleia municipal, têm uma bancada, têm líder dessa bancada, que é também o nosso José Pedro Miranda e têm os dois vereadores eleitos.-----

Assim sendo, termina então com as minhas questões que aqui trouxe na última Assembleia Municipal, para perceber se é hoje que consigo ver respondidas, sem politiquices se possível e caso não sinta à vontade, confessamos que gostávamos que fosse a senhora vereadora,



Assembleia Municipal de Santo Tirso

responsável pelo pelouro do OPJ, a responder às mesmas.-----

- Primeiro, os regulamentos do OPJ servem realmente para alguma coisa? Não os deveriam cumprir na íntegra? Não o preocupam que existem regulamentos públicos que não sejam cumpridos?-----

- Segundo, se já existe realmente um plano pensado para a app do turismo onde constam os trilhos? Porque é que nos foi negado ver esse projeto? não deveríamos ter direito a vê-lo, uma vez que, queria incluir as nossas propostas nesse projeto? não acha que seria um direito?-----

Podemos verificar também, como já dissemos, que existe uma aquisição de uma app do turismo, como é aludido por vocês, mas que remonta a junho de 2019, vai a caminho dos 4 anos, há data prevista para que essa aplicação esteja concluída?" -----

Seguidamente interveio o senhor Luís Miguel Ferreira Gomes Ribeiro, residente na freguesia de Monte Córdova, tendo dito o seguinte:-----

“Antes de mais deixe-me dizer que me sinto um sortudo, por isso é que volto cá porque, na última assembleia considerei que o senhor presidente da câmara só respondeu às minhas questões, portanto, eu acho que começa a ter algum peso, em termos do que falo, porque foi a única resposta que realmente obtivemos, foi às minhas questões, portanto e hoje decidi voltar a falar aqui com o senhor presidente de câmara.-----

Ora, senhor presidente hoje o que me traz aqui neste período, um assunto na qual, é com a freguesia de Monte Córdova, poderia fazê-lo na assembleia de freguesia, que é amanhã, mas decidi, como é um assunto ligado diretamente ao município, acho que é a assembleia municipal o ponto certo para nós podermos responder.-----

Falo então dos constrangimentos que o Rali de Santo Tirso traz à população da freguesia de Monte Córdova. -----

Em 1º lugar que fique absolutamente claro, para toda a gente, que não estou contra a realização do rali, muito pelo contrário, pode-se gostar mais ou menos, mas a sua realização e o



Assembleia Municipal de Santo Tirso

sucesso que tem tido e a qual parabenizo são a prova que foi uma aposta ganha pelo município. -----

Muito menos esta intervenção é uma crítica do facto de vir a Monte Córdova, pois será sempre um orgulho e um prazer receber esses eventos na nossa freguesia, e como habitualmente saberemos receber, com a simpatia e cordialidade que tanto caracteriza as nossas gentes.-----

O que me traz aqui então, são os constrangimentos provocados pela suspensão de trânsito que irá ocorrer no próximo sábado dia 8 de maio, entre as 9,00 horas e as 18,00 horas.-----

Só para termos uma ideia, partindo daqui da Fábrica, onde estamos, não nos será permitido durante 9 horas chegar a Monte Córdova pela estrada da Carreira, subindo o Monte de Valinhas, durante 9 horas, poderão dizer, então teremos a hipótese de irmos pela estrada de Couto / São Miguel até à Assunção, também não, porque a estrada da Igreja de Monte Córdova em direção à Assunção, também está cortada até lugar da Abelha, em Burgães, bem, mas temos sempre uma outra hipótese, podemos ir pela Nacional 105, sairmos em São Tomé de Negrelos e subimos a Rua Quintão e irmos ter ao alto do Monte de Cabanas da nossa freguesia, também não dá, está cortada. Isto tudo entre as 9,00 horas e as 18,00 horas, uma será entre as 9,30 horas e as 18,30 horas. -----

Não resta muito mais hipóteses, poderemos fazer mais de 20 km, ir pela Nacional 105, subir a Serra da Agrela, ir ao concelho de Paços de Ferreira, freguesia de Seroa, Penamaior e dependendo da zona de Monte Córdova onde se habite, ir a Meixomil ou não, para podermos chegar a casa. -----

A opção mais utilizada nesse dia que é a estrada que liga o Alto de Santa Cruz em Burgães ao campo futebol de Monte Córdova, uma estrada que não tem condições mínimas de circulação, aliás, não é uma estrada é um caminho, estrada essa que está no vosso programa eleitoral e que acredito, mas acredito mesmo que, em breve será uma realidade, mas continua ano após ano a ser uma única alternativa, neste dia.-----

Senhor presidente a vida dos habitantes de Monte Córdova não para, nem pode parar neste dia, há quem trabalhe e quem tem que se levantar bastante mais cedo, para não lhe ver negada a



Assembleia Municipal de Santo Tirso

passagem, há quem tenha a fazeres e não consegue fazê-los, há quem queira ir visitar familiares e não consiga entrar na freguesia, há carros a ficarem danificados por não terem outra alternativa a não ser ir pela estrada de Santa Cruz ao campo de futebol. -----

Os moradores junto às estradas cortadas, sofrem na pele, durante 9 horas, não podendo sair de casa. -----

Sabemos que todos eventos desta envergadura e ainda bem que o rali é neste momento, um evento que junta milhares de pessoas, causam transtornos, não há volta a dar, mas é preciso minimizá-los ao máximo é o papel da autarquia. -----

A intervenção da estrada que liga Santa Cruz ao campo de futebol de Monte Córdova é cada vez mais uma urgência e que ajudaria a resolver em grande parte, esses problemas. -----

Poder-se-ia também repensar o troço do rali, impedindo que as estradas fiquem fechadas durante 9 horas, todas ao mesmo tempo, dando assim alternativas a quem quer circular e deslocar-se à cidade e a outros concelhos, uma situação a pensar senhor Presidente.” -----

Seguidamente usou da palavra o senhor presidente da câmara para responder às intervenções anteriores, tendo dito o seguinte que a seguir se transcreve: -----

“Quanto às questões colocadas pela senhora Mafalda Correia Pinto Folhadela, dizer que têm sido emitidos cartões todas as semanas, não temos recebido queixas, não foi abordado este assunto no Conselho Municipal da Juventude e ainda recentemente fizemos algumas atualizações, lembro para o efeito, o caso do Croissanteiro, em Santo Tirso.-----

Quanto às questões colocadas pela senhora Vera Lúcia Matos Machado, os regulamentos são cumpridos; O direito a ver, tem direito a ver tudo aquilo que a lei permite que veja, publicamente, sobre a app do turismo, se há uma data prevista? Não. Acho que respondi, melhor que isto, mais sucinto não posso.-----

Quanto à intervenção do senhor Luís Ribeiro, é mesmo importante o senhor Luís Ribeiro. Registei os reparos e eu acho que quem confundiu na altura a intervenção, foi a senhora



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Vera Lúcia Machado e deu para perceber na intervenção do senhor Luís Ribeiro, que ele percebeu que a resposta que era para ele, da baralhação, de não terem aqui negociação bem feita e, não terem presença aqui nesta assembleia ou negociação mal feita e não ter em presença na câmara, era mesmo para ele, pelo menos na altura, pareceu-me que, ao que soube, que o partido que representa, na minha opinião, teve a decência de vetar alguns nomes para candidatos, pode ser que isso entretanto, altere e que as coisas corram bem, pelo menos a meu ver a nosso contento. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Luís Ribeiro, ficam os reparos sim, claro que estamos todos preocupados com o corte, pelo menos disse uma coisa, entre muitas, assertiva, mas, pelo menos que, percebe que nós aquilo que prometemos, cumprimos e vamos cumprir, naturalmente, com aquela estrada de ligação em Santa Cruz / Burgães”. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.-----

A sessão ordinária do mês de abril foi encerrada eram vinte e três horas e vinte minutos. -

E para constar se lavrou a presente ata que tem cento e dezasseis folhas, apenas utilizadas no anverso e três documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item três; e anexo III, relativo ao item quatro), que eu *Margarida Medeiros Soares*

Cherrie

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Francisco Joaquim Hattim

Todas as deliberações constantes desta ata foram tomadas por votação nominal. -----